

JOSÉ LUÍS BRANDÃO
FRANCISCO DE OLIVEIRA
(COORD.)

IMPRESA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

HISTÓRIA DE

RO

MA

ANTIGA

VOLUME II

IMPÉRIO ROMANO
DO OCIDENTE E
ROMANIDADE
HISPÂNICA



6. LITERATURA E PODER EM ROMA NO SÉC. I D.C.

Paulo Sérgio Margarido Ferreira

Universidade de Coimbra

Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos

ORCID: 0000-0003-4244-5625

pmf@fl.uc.pt

Sumário: O estudo procura traçar a evolução da concentração aristocrática do saber e do poder até à perseguição dos imperadores a indivíduos que ensombravam os seus dotes oratórios e artísticos; refletir sobre a literatura de cariz senatorial, a falta de liberdade de expressão e as consequências ao nível da eloquência, e, por fim, sobre a literatura panegírica, o *speculum principis* e a *adulatio* aos imperadores¹.

1. Da unidade aristocrática entre saber e poder à dispersão por áreas que pouco tinham que ver com a filosofia

Ao considerar os tipos de poder subjacentes ao modo como o homem romano se relacionava com os diversos saberes durante a República e nos inícios do Império, sustentou Narducci que, se até aos anos 90 do séc. I a.C. prevaleceu uma tradição aristocrática que encarava o poder e o saber como uma unidade, já a partir do referido momento se assistiu a uma progressiva especialização². Para chegar a esta conclusão, baseou-se o investigador sobretudo no *De Oratore* de Cícero, que, escrito embora em 55 a.C., recriava ficcionalmente um diálogo ocorrido em 91, onde Lúcio Licínio Crasso, porta-voz do próprio autor, lamentava a cisão socrática entre filosofia e retórica (3.60), e, depois de observar que o orador devia ter

¹ Trabalho desenvolvido no âmbito do projeto UID/ELT/00196/2013, financiado pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

² Narducci 1989 536.

uma formação semelhante à do político dirigente, concluía que ambos deviam aliar a uma vasta cultura geral um eficaz domínio da palavra (3.132ss.).

Apesar disso, a personagem que, pela formação, pelas qualidades de orador e prosador e pelos feitos militares praticados, melhor haveria de resolver a velha oposição literária *armal toga* haveria de ser Gaio Júlio César³. O *dictator* ainda confiou a Varrão o encargo de criar a primeira biblioteca pública romana e concebeu o projeto de conceder a cidadania a todos os intelectuais gregos presentes em Roma (*Jul.* 42.2). Não se pense, contudo, que a conciliação, em César, da acumulação aristocrática dos diversos saberes com o que parece ser um esforço no sentido de tornar a cultura acessível ao maior número, reflete uma concessão do general às suas origens políticas, nomeadamente aos ideais dos *populares*, mas, como notou Narducci, “un tentativo di rivitalizzare la tradizione dell’evergetismo aristocratico”⁴.

Como César saiu de Roma para estudar oratória, também Augusto foi estudar para Apolónia (*Aug.* 8.2)⁵, aprendeu retórica com Apolodoro de Pérgamo e hospedava em sua casa um filósofo grego⁶. Escreveu poesia, de que se destaca um poema sobre a Sicília, epigramas e ainda uma tragédia incompleta, escreveu cartas, 13 livros de *Commentarii de uita sua* e uma inscrição funéria, *res gestae Diui Augusti*, que veiculava o seu testamento político e foi reproduzida em diversas partes do império⁷. Entre as razões que levaram Augusto a poupar a cidade de Alexandria contava-se, segundo Díon 51.16.4, o facto de Areu, filósofo estoico, ser natural dessa cidade. Se César confiou a Varrão o encargo de criar a primeira biblioteca pública romana, quem a inaugurou, entre 39/ 38 e 28 a.C., no *Arrium Libertatis*, junto do Foro de César, foi Asínio Polião, e Augusto criou outras duas, uma no templo de Apolo, no Palatino, em 28 a.C., e outra no pórtico de Otávia, ao Campo de Marte, em 23 a.C.⁸. Se, no caso de César, o desejo

³ Rocha Pereira 2009 236. Além de, na sua juventude, ter tido aulas com o orador Apolónio Mólou em Rodes (Suet. *Jul.* 4.1), César não só levou a cabo a conquista da Gália entre 58 e 52, a invasão da Itália, decidida em janeiro de 49, e a batalha de Farsalo, na Tessália, em agosto de 48, onde derrotou Pompeio, como também justificou os feitos militares praticados nos *commentarii*. Entre as obras de César, conta também Suetónio, da fase da juventude, umas *Laudes Herculis*, uma tragédia *Oedipus* e uns *Dicta Collectanea*, e, da fase adulta, um tratado gramatical *De analogia*, um *Anticato*, ambos em dois livros, um poema intitulado *Iter* e cartas a diversos destinatários (*Jul.* 56.5ss.).

⁴ Narducci 1989 569. Sobre a “exaltação de evergetas e benfeitores da humanidade” no âmbito do culto imperial que servia a legitimação do governante que detinha o poder supremo, v. Oliveira 2010 14.

⁵ Brandão 2005 57. O investigador já chamara a atenção para o facto de Suetónio se servir dos mesmos critérios para caracterizar o modo como cada César se relacionava com a cultura e as humanidades.

⁶ Citroni et al. 2006 442.

⁷ Citroni et al. 2006 442 e 642-3. Suet. *Aug.* 85, ainda alude concretamente a *Rescripta Bruto de Catone*, a umas *Hortationes ad philosophiam*, aos volumes de uma autobiografia (*De uita sua*), e a uma tragédia destruída sobre Ajax.

⁸ O referido limite temporal para a criação da primeira biblioteca pública é proposto por Dalzell 1955 27, mas não existe consenso quanto à data, pois se André 1949 117 já afirmara: “La date est postérieure à son triomphe d’octobre 39 sans que l’on puisse fixer le *terminus ante quem*”,

de criação de uma biblioteca pública decorria da necessidade de reabilitar a tradicional proteção que a aristocracia exercia sobre os seus dependentes, já, no de Augusto, a divulgação das obras literárias, o apoio, por intermédio de Mecenas, aos escritores e a monumentalidade de Roma estavam ao serviço da propaganda política de regresso à moral tradicional e de exaltação do *princeps*.

Na esteira do mecenatismo augustano, promoveram Tibério (imperador 14-37) e Cláudio (imperador 41-54) uma literatura comprometida com os valores dos respetivos regimes, de que se destacam as obras de autores como Veleio Patérculo e Valério Máximo. Como Augusto, na fase final da sua vida, também os referidos imperadores, com Calígula (imp. 37-41) exerceram repressão sobre os escritores. Embora Ovídio mencione, em *Pont.* 4.16, cerca de trinta poetas contemporâneos, a verdade é que deles pouco ou nada se conhece. Se excetuarmos as *Controversiae* e as *Suasoriae* de Séneca-o-Velho, as *Fabulae* de Fedro, alguma poesia épica e didascálica, certas obras de pendor histórico, outras de natureza científica e prática, o que resta da época são indicações sobre a formação dos imperadores e nomes de autores e obras.

Tibério foi estudar filosofia para Rodes (*Tib.* 11.3), dedicou-se aos estudos em grego e latim, tentou, sem sucesso, seguir Messala Corvino na oratória, compôs um poema intitulado *Conquestio de morte L. Caesaris* (“Lamento pela morte de Lúcio César”), versos gregos à maneira de Riano, Euforíão e Parténio – poetas helenísticos difíceis, eruditos e rebuscados que inspiraram os *poetae novi* latinos –, era obcecado pelo estudo da mitologia e dirigia aos gramáticos capciosas perguntas sobre o tema (*Tib.* 70.1), falava e escrevia fluentemente grego, mas evitava usá-lo em muitas ocasiões, nomeadamente na atividade senatorial (70.2)⁹.

Quanto a Calígula, com uma educação pautada pela sucessiva perda de figuras familiares e tutelares (*Cal.* 10.1) e dotado embora de palavra fácil e eloquência pronta (*Cal.* 53.1), não era culto (*Cal.* 53.1), mas, em contrapartida, era um apaixonado pelo canto, pela dança, que inclusivamente cultivou, pela luta, pela condução de carros de cavalos em competição (*Cal.* 11 e 54.1)¹⁰ e pelo jogo de dados (Séneca, *Dial.* 11.17.4).

Consciente da popularidade da eloquência senequiana e do fascínio que esta exercia junto da juventude (Quintiliano, *Inst.* 10.1.125-127, Suetónio, *Cal.* 53), Calígula dizia que as composições de Séneca não passavam de exercícios escolares e de “areia sem cal” (*Cal.* 53)¹¹. Díon Cássio, que escreveu a sua história de Roma no início do séc. III d.C., conta, em 59.19.7-8, que, depois de assistir a uma

e Citroni et al. 2006 441 se limitam a afirmar que Polião fundou a primeira biblioteca pública com as receitas da campanha na Ilíria, em 39, Rocha Pereira 2009 210-211 situa a inauguração da biblioteca em 38. Sobre a presença de bibliotecas em campos militares e sobre a precedência de bibliotecas privadas e semipúblicas relativamente às públicas, v. Oliveira 2010 20 e 22.

⁹ Brandão 2005 59 e 65, e Citroni et al. 2006 661-2.

¹⁰ Brandão 2005 57.

¹¹ Pimentel 2000 15.

brilhante defesa por parte de Sêneca de um ponto de vista no senado, o imperador o tinha condenado à morte e de tal havia sido dissuadido por uma de suas amantes que, ao invocar a debilidade física do Filósofo e a sua tuberculose, o tinha convencido de que o Cordubense não haveria de durar muito. É certo que Griffin recorda os argumentos de quantos cuidam que se trata de uma invenção, e Sørensen nem sequer alude ao episódio¹², mas, com base no testemunho de Sêneca, *Ep.* 78.6¹³, acredito, com Segurado e Campos, e Pimentel, que a informação de Díon corresponda à realidade, tanto mais que Sêneca não só se vê obrigado a abandonar a prática judicial pouco depois de a iniciar (*Ep.* 49.2), como, provavelmente recordado desse episódio, haverá de proibir Nero de estudar os antigos oradores (*Nero* 52)¹⁴. Daqui se depreendem os malefícios da dispersão por áreas do saber que não estão ao serviço da filosofia e de uma formação integral do homem, mas que, encaradas isoladamente, podem exacerbar as paixões humanas.

No caso de Cláudio, não consta que tenha invejado os feitos oratórios alheios, mas se o seu aspeto físico, o seu apreço pela língua grega e pelo jogo de dados lhe valeram uma sátira menipeia, paródica e caricatural, feita por Sêneca na *Diui Claudii Apocolocytosis*¹⁵, a verdade é que a sua prolífica produção literária também o não impediu de exercer de forma parcial a justiça e condenar à morte diversos familiares de Augusto e muitas outras pessoas em processos onde os sentenciados nem chegavam a ser ouvidos¹⁶.

¹² Sobre o assunto, v. Griffin 1976 53ss. Segurado e Campos (1991 330 n. 21) admite a possibilidade de a referida amante de Calígula ser Agripina. Sørensen 1988.

¹³ Na sua juventude, Sêneca teria, segundo *Ep.* 78, ficado quase tuberculoso. Sobre o recurso à doença para evitar punição e como estratégia política, v. Griffin 1976 54, que aduz o caso de Tigelino (Plut. *Galba* 17).

¹⁴ Segurado e Campos 1991 330 n. 21; Pimentel 2000 15-16.

¹⁵ A *Diui Claudii Apocolocytosis* zomba da instituição imperial da apoteose do imperador morto. Cláudio morre a escutar comediantes. É descrito como uma criatura de boa estatura, de cabelos completamente brancos, que abana a cabeça com ar ameaçador, arrasta o pé direito e profere sons confusos numa voz indistinta, que não soa a língua alguma conhecida (*Apoc.* 4.2 e 5.2). Hércules receia estar perante o seu décimo terceiro trabalho, mas conclui tratar-se de um homem e interpela-o em grego (*Il.* 1.170). Cláudio exulta com a presença de letrados no céu e a possibilidade de aí fazer ler as suas histórias, e responde com duas citações de Homero, onde confessa a sua crueldade (*Od.* 9.39 e 9.40; *Apoc.* 5.4; cf. Suetónio, *Cl.* 42). Sem lugar entre os Olímpicos, julgado pelo tribunal infernal de Éaco e sem direito a defesa, vê-se Cláudio condenado, em clara caricatura da mofa que fizera das leis contra jogo de dados, e numa paródia da obra que tinha escrito sobre esse divertimento (*Cl.* 5 e 33.2, *Vit.* 4; v. Eden 1984 135 e 148-9), a jogar com copo sem fundo (*Apoc.* 14.5; v., sobre a influência helénica nesta área, Wallace-Hadrill 1983 185).

¹⁶ Sob a orientação de Tito Lívio, começou a escrever obras históricas ainda jovem, escreveu ainda uma autobiografia em oito livros, marcada por bom estilo e mau gosto, uma *Ciceronis defensionem aduersus Asini Galli libros* (“Defesa de Cícero contra os escritos de Asínio Galo”), cheia de erudição, uma teoria sobre três novas letras que acrescentou ao alfabeto e cujo uso tentou introduzir quando se tornou imperador (*Cl.* 41), respondeu no senado a embaixadores gregos com discursos preparados, citava Homero em tribunal, escreveu em grego vinte livros de história etrusca e oito de cartaginesa (*Cl.* 42). Para o longo rol de vítimas de Cláudio, v. *Apoc.* 8.2, 10.4, 11.1-2, 13.4-6.

Da *Consolatio ad Heluiam* (*Dial.* 12.17) e de *Ep.* 95.9-10, é possível depreender que o estudo das artes tradicionalmente tidas por liberais – que, de acordo com *Ep.* 88, compreendiam, entre outras disciplinas, a gramática, a música, a geometria, a astronomia, a pintura, a escultura e a luta – seria o meio preferido por Séneca para se alcançar a arte liberal, isto é, libertadora por excelência, a filosofia, que, por sua vez, tornaria o homem verdadeiramente livre de paixões. Tomando isto em consideração, facilmente se percebe que o que Séneca pretende, com a *Apocolocyntosis*, dizer ao jovem Nero, a quem a mãe privara do estudo da filosofia (*Nero* 52), é que a grande cultura geral não é suficiente para se ser um bom imperador e que dela, como já dizia Crasso, se não devia dissociar a filosofia e a prática governativa.

Educado por um bailarino, por um barbeiro (*Nero* 6.3) e pelo filósofo Séneca (*Nero* 7.1), Nero cultivou artes, como o canto (*Nero* 20ss.), a música (*Vit.* 3-4, cf. *Nero* 30.2), a pintura e a escultura (*Nero* 52)¹⁷. O imperador teria começado a sua atividade de *citharoedus* em Nápoles, durante um tremor de terra (*Nero* 20.2), e teria desempenhado os papéis de *Canace parturiens*, *Orestes matricida*, *Oedipus excaecatus*, *Hercules insanus* (*Nero* 21.3), *Thyestes*, *Alcmaeon* (Díon 63.9.4), *Antigone*, *Melanippe* (Juvenal 8.228-29) e, por último, *Oedipus exsul* (*Nero* 46.3)¹⁸, sobretudo em competições ocorridas na Grécia após 65 d.C. Teria sido também vestido de *citharoedus* que ele teria recitado, durante o incêndio de Roma (64 d.C.), a *Halosis Iliou* (Díon 61.20.1-2; 62.18.1, Suetónio, *Nero* 38.2), que talvez correspondesse aos *Troica* ou fizesse parte dos referidos *Troica* que Juvenal diz terem sido escritos por ele e cuja identificação faz oscilar os críticos modernos entre um poema épico, como os *Augonautica* de Apolónio de Rodes ou a obra homónima Valério Flaco, e um conjunto de poemas mais breves (cf. Díon 62.29.1), como os *Amores*, os *Tristia* ou as *Heroides* de Ovídio¹⁹.

Do exposto, importa, desde já, notar que a recitação de poesia por parte de Nero durante catástrofes como o tremor de terra e o incêndio, a ser verdadeira, se revela pouco digna de um rei que Séneca pretendia *proficiens*. Mas o problema é mais complexo, porquanto, se o imperador tolerava versos recriminatórios (*Nero* 39), já o êxito alheio nas áreas artísticas por ele cultivadas o deixava louco de inveja e de cólera, como nos dizem Suetónio, *Nero* 33.2, a propósito da rivalidade com Britânico por causa da voz deste, Tácito, *Ann.* 14.52.3-4, na alusão, por parte dos adversários de Séneca, aos *carmina* do Filósofo para explorar a inveja do imperador²⁰, e provavelmente Vero Filóstrato, pai do biógrafo Apolónio, em (Pseudoluciano,) *Nero* 9: a grande ovação com que o público de certo concurso

¹⁷ Brandão 2005 57-58, 60 e 65.

¹⁸ Kelly 1979: 28 n. 26 e 29 n. 33.

¹⁹ Kelly 1979 29-30. Ao comparar a Nero o matricida Orestes, Juvenal 8.220-21 escreve: *In scaena numquam cantauit Orestes, Troica non scripsit.*

²⁰ Sobre a possibilidade de, por *carmina*, se entenderem algumas tragédias de Séneca, v. Ferreira 2011 43.

grego brindara um *tragoedus* do Epiro, deixara Nero tão cego de raiva que, depois de ter enviado um secretário para o convencer a desistir em seu favor, e confrontado com a exigência por parte do epirota de dez talentos, enviou para a plataforma os seus próprios atores que, após se terem ocupado a escrever em placas de marfim como se fizessem parte do espetáculo, encostaram o *tragoedus* a uma coluna e, com os rebordos das placas, lhe destroçaram a garganta.

Habinek observa:

“Much like the emperor Augustus before him, who, as Andrew Wallace-Hadrill has recently argued, sought to coordinate the separate, specialized expertises of law, philology, and antiquities in the interests of the Roman state, so Seneca seeks to subsume dogmatic philosophy in his cultural project of offering moral advice.”²¹

Se, por “antiquities”, entenderem Wallace-Hadrill e Habinek um regresso a valores dos antepassados, como a *pietas*, a *moderatio*, a *iustitia*, a *frugalitas*, a *parsimonia* e, ao cabo, o *mos maiorum*, facilmente se conclui que esta perspectiva de progresso subjacente à política augustana, pelo menos na teoria, não andaria longe do governo que, segundo Séneca, presidiria à sociedade primitiva (*Ep.* 90.4-6):

“Os primeiros homens, os homens da geração seguinte que, ainda incorruptos, obedeciam à natureza, tinham um só chefe e uma só lei: confiar-se às decisões do melhor, já que a lei natural é que os inferiores se submetam aos melhores. Nos bandos de animais, são os mais fortes ou mais corajosos que assumem a chefia: quem guia a manada não é o touro fraco, mas sim o que se avanteja aos outros machos na corpulência e na força; entre os elefantes, o chefe é o de maior estatura; entre os homens, a chefia competia, não ao mais forte, mas ao moralmente superior. O chefe era eleito pelas suas qualidades, e por isso os antigos povos viviam em perfeita felicidade, já que era impossível ao mais poderoso não ser simultaneamente o melhor. Um homem que entende o dever como limite rigoroso ao poder, pode exercer o seu poder sem perigo para os demais. Naquela época a que se chama-se ‘a idade de ouro’, o governo estava nas mãos dos sábios: tal é a opinião de Posidónio. Os sábios impediam a violência, protegiam os mais fracos dos mais fortes, indicavam o que se devia ou não fazer, apontavam o que tinha ou não utilidade. Graças à sabedoria, providenciavam para que nada faltasse ao seu povo; graças à coragem, mantinham afastados os perigos; por meio dos seus benefícios, distribuam bem-estar e prosperidade entre os súbditos. Para eles, governar era o exercício de um dever, e não a mera posse do poder. Ninguém tentava experimentar contra eles as suas forças, pois a eles deviam essas forças; ninguém tinha a ousadia de os injuriar, nem para tal havia motivo, pois é fácil obedecer a quem governa com justiça; a maior ameaça que o rei podia fazer aos seus súbditos era a de retirar-se do poder.

²¹ Habinek 1998 140.

Quando a gradual irrupção dos vícios transformou a realeza em tirania, e se tornou necessário o recurso às leis, foi inicialmente aos sábios que se recorreu para as elaborar.²²

O Filósofo exemplifica com Sólon, Licurgo, Zaleuco e Carondas, antes de dizer que até aqui está de acordo com Posidônio.

Se o leitor se der ao prazeroso trabalho de cotejar as ideias expostas em *De clementia* com as veiculadas nos três parágrafos transcritos, facilmente concluirá que muitas são as afinidades entre ambos os textos, mas o contexto em que são expostas é que diverge substancialmente: em contraste com o chefe da idade do ouro e com os elogios feitos a Nero no referido *speculum principis*, o filho de Agripina, na altura em que Séneca escreve esta carta, já tinha, sob o mínimo pretexto, condenado à morte quem lhe apetecera (Suet. *Nero* 37.1), já mostrara que *princeps* algum conhecera toda a extensão do seu poder e movera uma intensa perseguição aos senadores (Suet. *Nero* 37.5). Este seria seguramente um dos motivos pelos quais não poderia Séneca concordar com Posidônio, quando este defendera que os filósofos tinham inventado as artes liberais e as tecnologias durante a idade do ouro. É certo que Nero ainda estaria longe de pronunciar a famosa frase *qualis artifex pereo* (Suet. *Nero* 49.1), mas a verdade é que Séneca, neste contexto, não poderia admitir qualquer ligação entre a filosofia, criada para combater no homem a força do desejo, e as artes liberais que, no caso de Nero, estavam ao serviço de paixões humanas como o desejo e a vaidade. Mas, conforme notou Fabre-Serris, o que está em confronto são a *ars* e a *natura* e, ao cabo, duas formas de entender os primórdios da humanidade: de um lado a augustana e senequiana e, do outro, a ovidiana e neroniana. Como a *lena* ovidiana Dipsas qualifica de *immundae* as Sabinas que no tempo de Tito Tácio se não tinham querido entregar a vários homens (*Am.* 1.8.39-40); caricatura Penélope, ao afirmar, em clara conotação sexual, que usara o arco para testar o vigor dos jovens (*Am.* 1.8.47-48); e, entretanto, sustenta: “são dadas ao prazer as mulheres belas; casta é aquela a quem ninguém cortejou”²³ (*Am.* 1.8.43) –; estava Nero, de acordo com Suet. *Nero* 29.2, convencido de “que nenhum homem era casto ou puro em nenhuma parte do corpo, na verdade a maior parte dissimulava o vício e habilmente ocultava”. Por isso, perdoava a todos os que diante dele confessassem a sua lubricidade. Do mesmo modo que Ovídio fala em *simplicitas rudis* (*Ars* 3.113) para caracterizar os tempos antigos; se congratula por ter nascido num tempo em que Roma acumula riquezas e comodidades e, ao cabo, num momento mais propício ao seu feito (*Ars* 3.121-122); elogia a cosmética – que diz *ars* que deve ser mantida discreta – porque favorece a beleza (*Ars* 3.209-210); recomenda ao amante que elogie a mulher desejada, que tenha o cuidado de não denunciar o fingimento das suas palavras, pois a *ars* é útil, se se mantiver camuflada (*Ars* 2.311-313); equaciona a relação *ars/natura* quando descreve a gruta do

²² Trad. de Segurado e Campos 1991 439-440.

²³ Trad. de André 2006 47.

banho de Diana ou a de Tétis respetivamente em *Met.* 3.159 e 11.235-236; assim procurou Nero, no parque da *Domus Aurea*, recorrer aos mais requintados luxos e às mais ousadas inovações arquitetónicas (cf. *Cenatio rotunda*); misturar ambientes selvagens, domésticos e urbanos; nas pinturas, articular, nas mesmas figuras, o animal, o humano e o vegetal; nas festas que organizava à noite, propiciar todos os tipos de relações físicas, independentemente do sexo e do estatuto social; e desempenhou os papéis de incestuoso, matricida, parricida e assassino de familiares, para tentar, por meio da *ars*, recriar os caos primordial sem regras nem limites²⁴.

No fundo, em vez de servirem para os diversos imperadores alcançarem a arte liberal por excelência, isto é, a filosofia, funcionavam as artes tradicionalmente tidas por liberais como critério para acicatar rivalidades, invejas e, ao cabo, a crueldade e a lubricidade dos imperadores. Os maus exemplos de Calígula e de Cláudio, em vez de ajudarem Nero a proceder de modo diferente, parece que lhe serviam de estímulo para fazer pior²⁵.

2. A falta de liberdade de expressão, as conspirações contra os imperadores e as condenações dos autores

Como César e Augusto, assim Tibério e Cláudio escreveram (*commentarii De uita sua* (*Aug.* 85.1; *Tib.* 61.1; *Cl.* 41.3), e Vespasiano (imp. 69-79) e Tito (imp. 79-81), de acordo com Flávio Josefo, *Ap.* 1.10 [56], *Vit.* 342 (cf. 358), também teriam sido autores de ὑπομνήματα '*commentarii*'²⁶. Além de estas e outras obras já anteriormente mencionadas revelarem, desde logo, a preocupação do *dictator* e dos *principes* com a imagem que deixariam à posteridade, a verdade é que a justificação da respetiva atuação política e militar indicia, de igual sorte, a existência de uma tradição adversa e de cariz eminentemente senatorial.

Embora haja quem, como Séneca-o-Velho nas suas *Historiae ab initio bellorum ciuilium* e na interpretação que delas faz Canfora, faça remontar a perda de liberdade de expressão à *seditione Gracchana*²⁷ e quem, como Tácito, lhe procure as origens na batalha de Áccio (31 a.C.) (Tácito, *Hist.* 1.1), a verdade é que Asínio Polião, que tratou sem medos as guerras civis desde o primeiro triunvirato (60

²⁴ Muita da informação dos últimos parágrafos pode ser encontrada em Fabre-Serris 2003.

²⁵ Suetónio, *Nero* 7.3, conta que, na noite posterior ao momento em que lhe confiaram a educação de Nero, Séneca sonhou que o tinham feito precetor do jovem Calígula.

²⁶ Brandão 2005 62-3.

²⁷ No exórdio de Séneca, *De uita patris*, conforme a reconstrução de Studemund (apud Canfora 1998 165), é com efeito possível, acerca de Séneca-o-Velho, ler o seguinte: "Quem quer que tivesse lido as suas Histórias desde o início das guerras civis, a partir do momento em que pela primeira vez a verdade retrocedeu, quase até ao dia da sua morte, muito haveria apreciado saber de que pais tinha nascido aquele que a história de Roma...". Há, no entanto, quem não interprete as palavras acerca de Séneca-o-Velho da mesma forma: Griffin 1976 33, p. ex., entende que a obra começaria "with the great Civil Wars, taking as its opening date 49 B.C., or perhaps the death of Caesar in 44, and ended with the death of Tiberius."

a.C.) até à batalha de Filipos (42), segundo McDonald e Spawforth²⁸, ou ao episódio de Áccio, segundo Canfora²⁹, e elogiou os cesaricidas, ainda conseguiu publicar a obra no rescaldo deste antes de 27/ 25 a.C. (sobre os perigos em que incorrera, v. Horácio, *Carm.* 2.1.6-8, talvez de 23 a.C.).

Da obra de Tito Lívio, intitulada *Ab Vrbe condita*, que retrataria em 142 livros a história de Roma desde as origens até 9 a.C., restam os livros 1 a 10 e 21 a 45, mas sabe-se que o último livro publicado em vida de Augusto foi o 120, uma vez que o 121, sobre as proscricções, só logrou ver a luz do dia após a morte do referido imperador.

Sobre as perseguições que foram movidas aos intelectuais que gravitavam em torno de Valério Messala Corvino, um admirador confesso dos cesaricidas, e sobre as circunstâncias que levaram o historiador Cremúcio Cordo a cometer suicídio no tempo de Tibério, mais precisamente em 25, já F. Oliveira refletiu no capítulo 2 deste volume. Tácito (*Ann.* 6.29.3) e Suetónio (*Tib.* 61.3) informam que o verdadeiro motivo da condenação de Mamerco Emílio Escauro foi a inimizade de Macrão, que, por sua vez e como pretexto para o incriminar, recitou versos de uma tragédia do primeiro que acusavam Agamémnon e facilmente podiam ser voltados contra Tibério (*additis uersibus qui in Tiberium flecterentur*), mas, em julgamento, o que seus acusadores, Servílio e Cornélio, alegaram, foi adultério com Livila, sobrinha de Tibério, e práticas de magia. A morte ocorreu em 35 d.C.³⁰

Consciente de que a obra histórica de Tito Labieno tinha sido queimada e de que o autor havia cometido suicídio (*Con.* 10 *praef.* 5), Séneca-o-Velho não publicou em vida as suas *Histórias*, que, por sua vez, talvez tenham sido publicadas pelo filho, Séneca Filósofo, assim que Calígula subiu ao poder. No propósito de agir de modo diferente do seu antecessor, Calígula começou por conceder aos autores alguma liberdade que possibilitou a publicação das obras de Cássio Severo, de Tito Labieno e, com alguma censura, de Cremúcio Cordo (*Tac., Ann.* 4.34-35; *Suet., Cal.* 16.1; *Quint., Inst.* 10.1.104).

A prática de publicar obras depois da morte do imperador nelas visado pela negativa é relativamente comum em Séneca: sucede com o *De ira*, provavelmente publicado entre 41 e 52 e onde Calígula aparece como um exemplo acabado do referido *affectus*, e com a *Diui Claudii Apocolocyntosis*, dada à luz depois da morte do imperador a 13 de outubro de 54, e onde Augusto acusa Cláudio de exceder Calígula em crueldade e condenar à morte muitas pessoas sem instruir os respetivos processos (*Apoc.* 10.4 e 11.2).

Agripina chamou Séneca para alcançar o apoio da oposição senatorial, tão debilitada pela ação de Messalina e dos libertos de Cláudio, e para educar

²⁸ McDonald and Spawforth 2012 184.

²⁹ Canfora 1998 163.

³⁰ Para melhor contextualizar esta informação, vale a pena ler, no cap. 2 § 5, a reflexão de Oliveira sobre o “delito de opinião (*lex maiestatis*)”.

Nero. Sêneca foi um dos grandes responsáveis pela boa governação do filho de Agripina durante os cinco primeiros anos de reinado (*quinquennium Neronis*, 54-59 d.C.). O Filósofo escreveu o discurso com que Nero, depois do assassinio de Cláudio por instigação de Agripina, prometeu ao senado uma recuperação de prerrogativas perdidas (Tac. *Ann.* 13.4) e uma governação *ex Augusti praescripto* (Suet. *Nero* 10.1). Sêneca foi um dos beneficiários da distribuição por parte de Nero, depois do assassinato de Britânico, dos bens deste pelos amigos do imperador. Consciente de que Nero se comportava como um tirano, o preceptor não abandonou o barco e tentou minorar os efeitos negativos da ação política do imperador (*Dial.* 9.4-5). Sêneca é acusado por Díon Cássio (62.12.1) de ter sido o mentor do assassinato de Agripina e, por Tácito (*Ann.* 14.11.3) de ter sido o autor do texto com que Nero justificou ao senado a execução da mãe por conspiração e atentado. Apesar deste percurso, com a morte de Burro em 62, a nomeação de Tigelino para prefeito da guarda pretoriana e um adverso ambiente de intrigas que procura acicatar no *princeps* sentimentos de inveja e rivalidade (Tac. *Ann.* 14.52.1-4), também Sêneca se começa a sentir isolado na corte, mas, sem o acordo do imperador para se retirar, por causa da sua influência junto do senado, trata de apresentar desculpas para se dedicar ainda mais à escrita em sua casa (*Naturales Quaestiones*, *De Beneficiis*, algumas das suas tragédias³¹, e, entre outras obras, *Ad Lucilium epistulae morales*). Por fim, em contexto de proliferação das condenações por crimes *de maiestate*, o Filósofo vê-se injustamente condenado por envolvimento na conspiração liderada pelo cônsul Calpúrnio Pisão, descoberta em abril de 65, e obrigado a cometer suicídio³².

Por semelhante motivo foram condenados seus dois irmãos, Aneu Mela e Aneu Novato, e seu sobrinho, Marco Aneu Lucano (39-30.4.65 d.C.), a quem Nero proporcionara a admissão ao colégio dos áugures e, de forma precoce, o acesso à questura; que, nos jogos de 60 em honra de Nero (*Neronia*), havia recitado umas *Neronis laudes*; que escrevera, talvez para deleite do imperador, um *Iliacon* (cf. Nero, *Troica*); cujo talento a Antiguidade diz ter sido invejado pelo filho de Agripina e cujo afastamento da corte talvez se tenha ficado a dever a tendências republicanas reveladas no seu poema épico intitulado *Bellum ciuile*, ou, por leitura abusiva de 9.985s., *Pharsalia*.

³¹ Na cronologia mais aceite pelos autores anglófonos, o *Thyestes* e as *Phoenissae* (Fitch 1981 291). As outras seis peças senequianas (*Agamemnon*, *Phaedra*, *Oedipus*, *Medea*, *Troades* e *Hercules furens*) seriam anteriores a 54. É tentador ver, na ausência de odes corais das *Phoenissae*, um reflexo da morte forçada de Sêneca, mas não existe consenso quanto ao caráter inacabado da obra nem, para os que consideram a obra posterior a 60 ou a 62 (data proposta para o *Thyestes*), ao momento preciso da sua composição.

³² Toda esta informação pode ser encontrada, de forma mais desenvolvida, em Pimentel 2000 23-66. A condenação por parte de Nero ao exílio de um ator de atelanas, que o acusava de cometer crimes familiares, revelava, no entender de Suetónio, *Nero* 39.3, desdém por qualquer tipo de insulto ou a tentativa de evitar, pela manifestação de desagrado, algum incentivo à prática.

Do mesmo modo que o Júpiter virgiliano prenunciara, em *A.* 1.291ss., que, com a chegada de Augusto ao poder, se acabariam as guerras civis e uma nova idade do ouro começaria, assim Lucano, depois de apresentar o tema do seu *Bellum ciuile*, diz que as guerras civis se não devem lamentar, pois foram a forma encontrada pelo destino para levar Nero ao poder e a cumprir, mais que Augusto, a profecia de Júpiter (1.33ss.). Apesar, no entanto, dos começos auspiciosos, o Eneias virgiliano acaba por matar o suplicante Turno, mas, pese embora esta disforia final, a verdade é que a *Aeneis* já havia recorrido à mitologia para dar legitimação divina ao poder do *princeps*. É então por meio da eliminação da mitologia e de uma técnica de alusão “antifrástica”, que consiste na manipulação do texto virgiliano de modo a subverter ou inverter as expressões, afirmações e situações da *Aeneis*³³, que Lucano procura denunciar certo encobrimento por parte de Virgílio da destruição augustana das instituições republicanas, do desrespeito por valores morais, do triunfo da injustiça, da perda da liberdade e, ao cabo, da implementação de uma tirania disfarçada.

Talvez se deva a esta visão negativa do principado o facto de, segundo a biografia de Lucano atribuída a Vaca, Nero não ter permitido ao autor a publicação de mais do que os três primeiros livros do *Bellum ciuile*. Também Eumolpo, uma das personagens do *Satyricon* de Petrónio, depois de considerar os requisitos necessários à escrita de um bom poema, há de, a título de exemplo, recitar um improviso sobre a guerra civil que, como o próprio reconhecerá, ainda não recebera a última demão (118.6). Ora, se este for o poema que Eumolpo tentava terminar em pleno naufrágio, cujo final o Bom Cantor confessava estar encravado e cuja conclusão fora obrigado a interromper (Petrônio 115.1-5), talvez seja possível, com Connors, ver, na alusão de Petr. 124, v. 293, às *Epidamni moenia* não só um eco da situação desesperada de César em Alexandria – onde vislumbrava, no meio das tropas acossadas, Ceva, que, nos campos de Epidamno, tinha mantido o cerco a Magno que pisava as muralhas (Luc. 10.543-6) – mas também uma evocação ficcional da conjuntura que teria impedido Lucano de acabar o poema e de o publicar na totalidade³⁴.

O tema da obra inacabada talvez fosse caro a Petrónio pela situação do seu próprio *Satyricon*, que, para Schmeling, seria uma *Odisseia* paródica de que restam parte do livro 14, o 15 e parte do 16³⁵. Ao relatar a morte do Árbitro (em *Ann.* 16.18-20.2), alude Tácito à inveja de Tigelino, ao suborno de um escravo que denunciou a amizade entre Petrónio e Cevino, à retenção do Árbitro em Cumas, à abertura das veias por parte deste, à atenção prestada a quem recitava poemas ligeiros e divertidos, à distribuição de recompensas e castigos

³³ Citroni et al. 2006 783.

³⁴ Connors 1994 232, 1998 101, 139-141.

³⁵ Schmeling 1996 457-490, esp. 460-461. Com recurso ao tema da homossexualidade (Encólpio – Gíton – Ascilto/ Eumolpo), a obra parodia, segundo alguns, o triângulo amoroso característico do romance sentimental (moço – moça – homem mais velho).

pelos escravos, à participação num banquete e à entrega ao sono – para que a morte parecesse acidental (ficção de morte) –, à recusa em adular os responsáveis pela sua situação e em os contemplar no seu testamento, ao registo escrito, disfarçado por nomes de promíscuos e prostitutas, do rol de depravações e excessos do *princeps*, ao envio do texto selado a Nero, à destruição do sinete – para não causar vítimas –, à condenação por parte do imperador de Sília ao exílio por ter supostamente sido responsável pela divulgação das depravações noturnas de Nero. Petrónio cometeu suicídio na primavera de 66 d.C.

Trásea Peto, estoico, defensor da liberdade senatorial, celebrante do aniversário de Bruto e Cássio (Juvenal 5.36-37), e autor de uma biografia de Catão de Útica³⁶, começou por cooperar com Nero, mas, consciente da incapacidade de travar o servilismo senatorial, acabou por recorrer à abstenção para marcar a sua oposição e viu-se condenado por Nero em 66, ano em que cometeu suicídio³⁷.

Neste mesmo ano, o *delator* Éprio Marcelo criticou Cúrcio Montano por ser autor de *detestanda carmina* (Tácito, *Ann.* 16.28.1). Exilado por ter exibido a sua genialidade em poesia não caluniosa (16.29.2), foi perdoado por Nero sob condição de desistir da sua carreira pública (16.33.2). Tácito (*Hist.* 4.42.5-6) conta que, em 70 d.C., já no governo de Vespasiano (69-79 d.C.), Montano instara o senado a fazer o mesmo que se fizera no dia a seguir à morte de Nero, isto é, a pedir a cabeça dos *delatores*, para que o bom imperador de então se não tornasse um tirano.

Com base nas semelhanças entre os sucessos de Montano inicialmente referidos e parte do percurso de vida de Materno, conforme é descrito no *Dialogus*, e a partir da crítica de ambos aos informadores neronianos e das associações de ambos a Helvídio Prisco, admitiu Bartsch a possibilidade, indemonstrável, de o segundo não passar de “a fictional character meant to evoke his parallel from the *Histories* who turns up there, oddly enough, in the same paragraph as Vipstanus Messala, our friend from the *Dialogus*, now defending his *delator* half-brother Regulus”³⁸.

Em Tácito (*Dial.* 11.2), confessa Materno que começou a ganhar prestígio com a recitação de tragédias quando atacou o poder de Vatínio *in Nerone(m)*,

³⁶ Para a escrita da biografia do Uticense, Trásea baseou-se em outra de Munácio Rufo (séc. I a.C.), e a obra de Trásea haveria de servir a Plutarco de fonte de inspiração para o seu *Cato Minor* (25, 37).

³⁷ Suetónio (*Nero* 37.1) informa que, por alturas da condenação de Trásea, foi também condenado Cássio Longino, um jurista, por ter em sua casa e entre as imagens dos antepassados, o cesaricida Cássio. Titínio Capitão, secretário imperial durante os reinados de Domiciano, Nerva e Trajano, era um patrono das letras e conservava as estátuas de Bruto, Cássio e M. Pórcio Catão em sua casa (Plínio, *Ep.* 1.17).

³⁸ Bartsch 1994 260-1 n.68. Recorda, além disso, que “Marcus Aper, who has no existence outside the *Dialogus*, seems curiously evocative of the *delator* Domitius Afer, both men marked by Gallic birth (cf. *Dial.* 10.2) and a vehement speaking style; and, as A. Riggsby points out to me (personal correspondence, August 1992), Afer appears in the company of Julius Secundus and Vibius Crispus at Quint. *Inst.* 10.1.118-119 e 12.10.11.”

ou, segundo L. Müller, *imperante Nerone*³⁹. O problema é que não há certezas sobre se Materno o fez durante ou após o reinado de Nero, se *Nero* seria o título da peça ou a personagem da *praetexta Octavia*, se se trataria da peça *Domitius* e se a recordação da gloriosa ação de L. Domício Enobarbo, cônsul em 54 a.C. e antepassado de Nero, serviria para envergonhar o descendente e nele suscitar um desejo de emulação⁴⁰.

De Curiácio Materno, conta ainda Tácito, *Dial.* 2.1ss., que tinha lido publicamente a sua *praetexta Cato* e encarnado a personagem principal de tal forma que os poderosos tinham ficado melindrados. No dia seguinte à *recitatio*, Marco Apro e Júlio Secundo, dois eminentes advogados, dirigiram-se a casa do autor, que tinha a obra na mão, confrontaram-no com as críticas de seus detratores, e perguntaram-lhe, em toada sugestiva, se não estaria disposto a cortar os passos que tinham dado azo a deturpação e, ao cabo, a demarcar-se da resposta do público, para depois publicar a obra (3.2). Materno respondeu aos dois advogados que o tinha feito por uma questão de consciência e que, se de algo se tinha esquecido, haveria de aparecer no *Thyestes* (3.3). Posteriormente, ainda há de Apro dizer que, mais grave do que a escolha de um amigo, é a de Catão, que se reveste de grande autoridade, e adivinhar que, em sua defesa, há de Materno reconhecer a cedência a temas do gosto do público, como a crítica anti-imperial à tirania, e, por conseguinte, ao aplauso fácil e ao falatório da assistência (10.6-7). Embora haja quem, com base nas palavras dos advogados e na conclusão do primeiro discurso de Materno, admita como forte a hipótese de uma morte prematura, esta ideia não é consensual⁴¹.

O referido episódio de Materno não pode deixar de nos trazer à memória outro, cujo protagonista havia sido Helvídio Prisco, que costumava celebrar o aniversário dos cesaricidas (Juv. 5.36-37), rivalizava com eles (Tac. *Hist.* 4.8) e, em 70 d.C., ousara, qual *rediuuius* Catão (Tác. *Hist.* 4.8.3) e dando voz à revolta senatorial contra os *delatores*, invetivar Éprio Marcelo. A liberdade de expressão só durou até às ameaçadoras intervenções de Vespasiano e Licínio

³⁹ Ap. Bartsch 1994 200.

⁴⁰ Para uma síntese do estado da questão, com indicação da bibliografia, v. Bartsch 1994 200-2.

⁴¹ T. J. Luce ap. Bartsch 1994 104-5. Bartsch 1994 105 recorda protagonistas que encontraram a morte pouco depois da data dramática das obras: Sócrates (Platão, *Phaedo*), Crasso (Cícero, *De Oratore*) e Cipião Emiliano (Cícero, *De Republica*). Há quem faça coincidir este Materno com o *scholasticus* (grego *sophistes*) referido por Dión 67.12.5 (Winterbottom 2012 399); quem defenda que a propaganda antidomiciânica lhe teria valido a morte em 91 ou 92; quem sustente que não teria sido condenado por propaganda antidomiciânica (Hartman ap. Bartsch 1994 249 n.8); e quem diga que o dramaturgo é referido por Marcial (1.96, 4.60, 10.37) e teria morrido em 88 d.C. de morte natural (Herrmann ap. Bartsch 1994 249 n. 8). Bartsch 1994 94-95 e 248 n. 8 sustenta que se não trata da personagem referida por Dión, aduz um certo distanciamento da personagem em relação à retórica (p. ex., Tác. *Dial.* 11.3 e 5.4; cap. 11 e 42), recorda que não fazia sentido a preocupação dos amigos com uma morte de um homem de meia idade, que só aconteceria 16 ou 17 anos depois, e a presença, na tradição epigráfica, de dois Curiácios Maternos que nada têm que ver com a personagem do *Dialogus*.

Muciano na reunião seguinte do senado, e tais continuaram a ser as críticas de Helvídio ao imperador que o primeiro acabou condenado ao exílio em 75 e depois executado.

Domiciano (imp. 81-96) condenou à morte Hermógenes de Tarso por alusões na sua história e mandou crucificar os copistas da obra (Suet. *Dom.* 10.1); condenou, em 93, Aruleno Rústico, fervoroso adepto do estoicismo, por causa de um panegírico em honra de Trásea Peto, de quem era amigo e seguidor; e, depois de processo movido por Mécio Caro, condenou Herénio Senecião, que se recusara a candidatar-se a um posto mais elevado e tinha escrito uma *Vida de Helvídio Prisco*, e acabou por morrer no final de 93 (Tácio, *Ag.* 2.1).

Embora Materno nunca associe explicitamente a eloquência contemporânea à atividade dos *delatores*, é, com efeito, possível, na sequência das ousadas respostas aos advogados, ver, em *Dial.* 12.2 – onde a referida arte da palavra aparece descrita como lucrativa, manchada de sangue, decorrente da pérfida natureza humana e arma de arremesso – e em 13.4 – onde Víbio Prisco e Éprio Marcelo, apresentados por Apro como modelos de sucesso, não são considerados melhores que escravos, pois inspiram temor e receiam pelas próprias vidas – indícios da referida ligação. Apesar disso, o discurso final do diálogo critica a licenciosidade, a que os parvos chamam “liberdade”, e que permitira o florescimento da oratória na época republicana (*Dial.* 40.2). Para efetuar esta crítica, Materno altera ligeiramente um passo ciceroniano (*Brut.* 45), onde, da eloquência, se dissera ser companheira da paz e do *otium* e fruto de um estado bem organizado. Ao comentar a atitude aparentemente contrastante de Materno, não só demonstrou Bartsch, de forma convincente, que o elogio de Materno deve ser entendido à luz da técnica do chamado “doublespeak” (“duplo sentido”), como também que o *Dialogus* deve ter sido escrito na época de Nerva e que semelhante interpretação se deve fazer dos elogios que, em *Agricola* e *Historiae*, Tácito respetivamente dirige, por meio de outras pessoas, a Nerva (imp. 96-98) e a Trajano (imp. 98-117)⁴².

3. As figuras da República e os imperadores nas obras dos autores

Lactâncio recordou Séneca para estabelecer um paralelo entre as idades de Roma e as seis idades do homem (*Diu. Inst.* 7.15.14)⁴³:

“Não foi de forma inábil que Séneca distribuiu por “idades” a história da cidade de Roma: disse, com efeito, que a primeira foi a infância sob o mando de Rómulo, pelo qual não só foi gerada, mas também criada. Depois veio a meninice sob os restantes reis, que a fizeram crescer e a instruíram com competências e costumes. Mas pelo con-

⁴² Bartsch 1994 110-125.

⁴³ *L. Annaei Senecae Historiae ab initio Bellorum Ciuiliūm*, frg. 1 HRR.

trário, no reinado de Tarquínio, como já começasse a ser quase adulta, não suportou a servidão e, rejeitado do soberbo domínio o jugo, preferiu obedecer às leis a obedecer aos reis. E como tivesse a sua adolescência terminado com o fim das Guerras Púnicas, ao cabo confirmadas as forças, começou a chegar à juventude. Submetida com efeito Cartago, que por muito tempo émula foi de seu poder, estendeu suas mãos por terra e mar a todo o orbe, até que, subjugados todos os reis e nações ao seu poder, como já faltasse ocasião para a guerra, de suas forças mau uso fazia, pelas quais ela própria se aniquilou. Esta foi a sua primeira velhice, quando por guerras civis lacerada e por males internos oprimida sem demora tornou a cair no governo de um único homem como se regressada a outra infância. Perdida com efeito a liberdade, que sob o comando e a ação de Bruto tinha defendido, assim definiu como se ela própria não tivesse forças para se sustentar, a menos que brilhasse com o apoio dos regentes.”

O passo citado é deveras importante para o tema que nos ocupa porquanto se a maior parte de editores e críticos o diz extraído das *Historiae ab initio bellorum ciuilium*⁴⁴, de Séneca-o-Velho, Griffin, depois de afirmar que nada do que tem sido aduzido é suficientemente consistente para pôr em causa a atribuição a Séneca Filósofo, observa: “there is probably no thought in it that was not already current by the triumviral or early Augustan period – but it can show how the passage fits with Seneca’s thought and, for those who accept the philosopher as the author, add to our knowledge of Seneca’s political attitudes.”⁴⁵. É certo que Lactâncio cita vários passos de uma obra perdida de Séneca, intitulada *Moralis philosophiae libri*, e seguramente conheceria muito bem os restantes escritos do Filósofo, mas, uma vez que se não conhece obra historiográfica senequiana onde o referido passo coubesse, tendo, com a maioria dos editores e investigadores, para a atribuição a Séneca-o-Velho.

Embora o autor do passo revele clara preferência pela República, uma vez que nela as leis estão acima de todas as pessoas e a liberdade é uma garantia⁴⁶, a verdade é que não deixa de ver o regresso a um sistema próximo do monárquico como uma espécie de inevitabilidade e de reconhecer à monarquia o mérito de ter dotado Roma de *disciplinae plures institutaque*. Como a monarquia do passado descambara, com Tarquínio, em soberba e opressão contra o povo, a ação de Lúcio Júnio Bruto na expulsão do tirano e em defesa da liberdade aparece elogiada. Uma vez que, na monarquia, o rei está acima da lei, importa retomar a velha ideia platónica do filósofo-rei e, ao cabo, tornar indissociável, da avaliação moral, a política do governante.

Embora o Séneca-o-Velho aluda às lealdades pompeianas do historiador Labieno (*Con.* 10 praef. 5), Sussman vê, no envio de Séneca para uma escola

⁴⁴ HRR; edição da Loeb; Cânfora 1998 162-3, 165.

⁴⁵ Griffin 1976 195-6.

⁴⁶ Sobre a importância das leis e da *aequalitas iuris ciuilis* como alicerces da República, v. *Ben.* 2.20.2 e *Ep.* 86.2-3.

em Roma após os acontecimentos de 43 a.C., um sinal de que o patrimônio dos Aneus de Córdoba se mantinha de boa saúde depois das guerras civis, e, na proximidade relativamente a Clódio Turrino e a Asínio Polião, indícios de ligações cesarianas e de uma aliança com Augusto⁴⁷.

Sêneca Filósofo revela uma visão profundamente negativa da coligação formada por César, Pompeio e Crasso em 60 a.C. Em *Ben.* 5.16.4, acusa, com efeito, Pompeio de ingratidão para com Roma, uma vez que, como recompensa dos três consulados, dos três triunfos e de inúmeras honras precoces, se tinha associado a comparsas para a tomar e, na esperança de se ver menos invejado, tinha repartido por três as províncias e a república, de modo que ao povo não deixara outra hipótese de salvação que não fosse a servidão⁴⁸. Desta perspectiva difere a de Lucano, que, em 9.192-6, pela boca de Catão, elogia Pompeio por, com condições para se tornar senhor de Roma, ter preferido continuar como simples cidadão, chefe de um senado soberano, por nada ter tentado obter por meio da guerra e por ter dado às pessoas a liberdade de lhe negarem o que ele queria.

Em *Dial.* 2.2, Sêneca critica, pela voz de Catão Uticense, a ambição, um mal multiforme, e a imensa sede de poder que a divisão do orbe em três não pode saciar. Em *Ep.* 94.64, sustenta o Filósofo que não tinha sido a virtude ou a razão, mas o desejo de prolongar o seu poder e o receio – contrário à opinião geral – de não ser suficientemente grande, que tinham levado Pompeio a participar em guerras nas mais diversas partes do mundo então conhecido. Se Pompeio era ingrato, ingrato também se revelava, de acordo com *Ben.* 5.16.5, César, partidário do povo, que, da Gália e da Germânia, havia trazido a guerra a Roma (49 a.C.) e tinha instalado o seu acampamento no circo Flamínio, mais próximo portanto que o de Porsena⁴⁹. Também Lucano (1.183ss., 2.519-21, 5.12-14) condena o avanço de César sobre Roma e o desrespeito revelado pelo senado.

Em *Ep.* 94.65, atribui Sêneca ao desejo de glória, à ambição, à ânsia de superar os demais e à incapacidade de se ver ultrapassado por quem quer que fosse, a ação de César que tinha conduzido à sua queda e à da República. Na esteira de Sêneca (*Dial.* 6.14.3 e *Ep.* 94.64-5), afirma Lucano (1.125-6): “Não pode César suportar mais alguém superior/ Pompeio, alguém igual.”

Apesar disso, talvez mercê de eventuais tendências cesaristas de seus antepassados, é possível ver em Sêneca maior simpatia por César do que por Pompeio: depois de falar da ingratidão de ambos, reconhece, no entanto, que, em contraste com os que tinham saciado de sangue as suas espadas e depois as tinham

⁴⁷ Sussman 1978 29. A amizade com Polião devia remontar a 43, quando este vivia em Córdoba.

⁴⁸ A ideia de que Pompeio, César e Crasso se não conluíram pela defesa da liberdade, mas para reduzirem o povo à servidão é ainda sugerida em *Ep.* 104.29.

⁴⁹ A crítica senequiana à ação militar de César, apoiado pela plebe e por todos quantos desejavam a revolução, e à de Pompeio, seguido pelas classes senatorial e equestre, ocorre em *Ep.* 104.30, onde se conclui que Catão de Útica havia sido o único que realmente tentara defender a república.

deposto, César usara de moderação no momento da vitória e só matara os que estavam armados (*Ben.* 5.16.5). Em *Dial.* 4.2.23.4, conta que, depois de aceder às cartas que a Pompeio tinham enviado pessoas não-alinhadas e os adversários políticos de César, este queimara a referida correspondência e assim revelara clemência (cf. Plínio, *Nat.* 7.94, que situa este gesto em Farsalo). Se Séneca revela mais simpatia por César, já Lucano, um pouco em contraciclo com a tradição familiar, não deixa de manifestar preferência por Pompeio, de sentir as já esperadas dificuldades em o reabilitar e de (em 1.146ss. e 7.797ss.) criticar a cólera patológica de César.

Na esteira de autores politicamente comprometidos com as ideias políticas de Tibério e Cláudio, como Veleio Patérculo (2.56) e Valério Máximo (1.5.7, 1.8.8, 1.6.13), considera Séneca o assassinio de César uma injustiça, desde logo porque era um homem grande em outros aspetos e poderia ter sido um monarca justo (*Ben.* 2.20.2), o homicídio decorria das ambições desmedidas dos seus amigos (*Dial.* 5.3.30.4), Bruto não agia em conformidade com os preceitos estoicos (*Ben.* 2.20.2), revelava a incoerência de António, que o desaprovava, mas dava aos cesaricidas províncias (*Ben.* 5.16.6), e, ao cabo, não recuperava em definitivo o modo de vida republicano e a liberdade perdida, uma vez que outro viria ocupar o seu lugar (*Ben.* 2.20.2). Lucano (8.610) recorda que havia quem considerasse o assassinio de César um *nefas*, e Tácito (*Ann.* 4.34.3) sustenta que fora uma injustiça⁵⁰.

Discordante, embora, do assassinio de César, Séneca considera Bruto um *uir magnus* (*Dial.* 12.9.5) e iliba-o da acusação de ingratidão (*Ben.* 2.20.2). Quanto a Catão Uticense, é a figura que maior consenso reúne junto de Séneca-o-Velho, Séneca Filósofo e Lucano; não lhe encontra Séneca defeitos, e tanto a sua vida como a sua morte foram, para o Filósofo, absolutamente exemplares. Posto inúmeras vezes à prova por uma fortuna adversa, nomeadamente com a guerra civil em gestação, Catão revelou sempre enorme coerência e coragem na sua vida, nomeadamente na oposição ao primeiro triunvirato, na defesa isolada da *publica libertas* e da república, nos desafios e nas acusações a Pompeio e a César, na tentativa de que ambos depusessem as armas e no terrível infortúnio que o obrigou a fugir do segundo e a seguir o primeiro⁵¹. Embora Séneca (*Ep.* 71.8) pareça sugerir que, no caso de Pompeio vencer, Catão teria um papel relevante na reconstrução de Roma, Bruto, em Lucano (2.277-84), diz ao Uticense que Pompeio é um *dux priuatus* e que, para combater pela liberdade, deve seu interlocutor enfrentar o vencedor do confronto entre César e Pompeio. Catão, de acordo com Séneca (*Ep.* 104.32-33), dissera que, se César vencesse,

⁵⁰ Com Lucano concordam Petrônio 120.64 e autor de *Oct.* 498ss., e, com Tácito, *Dion* 44.1-2, Apiano, *BC* 4.134.

⁵¹ *Ep.* 104.29ss., cf. *Dial.* 1.3.14, 1.2.10, 2.2.1-2, 6.20.6, *Ep.* 24.6-7, 95.70. Em Lucano 2.319-23, a justificação apresentada para a opção por Pompeio é a de que, no caso de este ganhar a guerra com César, não poder dizer que o tinha feito sozinho.

se suicidaria, e, se o vencedor fosse Pompeio, optaria pelo exílio, e, no cumprimento da sua promessa, morreu e, desse modo, se eximiu à servidão.

Ao considerar as causas do declínio da eloquência em Roma, Séneca-o-Velho alude à decadência moral da época, e, por conseguinte, talvez considere um logro o programa augustano de regresso aos valores tradicionais (*Con.* 1 praef. 6-10); ao sustentar que a eloquência é mal remunerada e, por isso, usada com propósitos menos dignos e mais lucrativos, talvez esteja a pensar na atividade dos *delatores* e tenha consciência de que, uma vez perdida a liberdade, a atividade forense nada pode contra os referidos agentes. É por isso que Séneca adverte os filhos do perigo em que incorre quem optar por uma carreira política no Império (*Con.* 2 praef. 3-4)⁵². Assim se justifica, no caso de Séneca-o-Velho ser o autor do longo passo traduzido e conforme notou Archambault, a inclusão, na velhice romana, do reinado de Augusto e a perspectiva de que se trata de um regresso à infância⁵³. E a crítica é tanto mais pertinente quanto *infantia* se relaciona com *infans* que é aquele que não fala (*in + fari*).

Na esteira de Séneca-o-Velho, entende o Filósofo que, na época de Augusto, as palavras já eram *molesta* (*Ben.* 3.27.1), mas se, na fase da conquista do poder, Augusto lhe serve de exemplo *a contrario sensu* para educar Nero, já no Principado, é visto, salvo raras exceções, como um modelo de virtude que deve ser imitado e superado por Cláudio e pelo filho de Agripina. Em *Cl.* 1.9.1, diz que, com 19 anos – talvez a idade não esteja correta e o limite de 21 anos seja mais preciso –, já Augusto tinha assassinado os cônsules Hircio e Pansa na guerra de Módena, já tinha maquinado a morte de M. António, e sido colega deste nas proscricções (43 a.C.). Após escapar a diversos atentados, com mais de quarenta anos e por sugestão de sua esposa Lívia, não só perdoou ao conspirador Lúcio Cina como lhe concedeu o consulado, o contou entre seus amigos íntimos, foi seu único herdeiro e, deste modo, acabou com as conspirações contra si. Augusto revelou tato político na escolha de Agripa (*Ep.* 94.46, *Ben.* 3.32), mas não na de Mecenas (*Ep.* 114.6) e muito menos na revelação pública dos despidorados escândalos de sua filha, que, em vez de resolver a situação, antes a agravou, e o levou a lamentar, já de cabeça fria, não ter dado ouvidos a Agripa ou Mecenas (*Ben.* 6.32.1ss.; cf. *Cl.* 1.10.3)⁵⁴. Se se tomar em consideração que *De beneficiis* teria sido escrito numa fase de progressivo afastamento relativamente à vida política, talvez o passo sirva de aviso a Nero quanto às consequências de não ouvir o seu preceptor.

⁵² Sobre este assunto, v. Sussman 1978 32-3.

⁵³ Archambault 1966 197. Não será, de resto, por acaso que Suetónio, *Aug.* 7.2, haverá de informar que alguns cuidavam que Augusto, na qualidade de segundo fundador da cidade, se deveria chamar Rómulo.

⁵⁴ O que Séneca, no fundo, pretende dizer é que, se não é vergonhoso ser ultrapassado por poderosos governantes na concessão de benefícios e se os filósofos se devem sentir reconhecidos pelo *otium* que aqueles lhe concedem (*Ep.* 73.6-9, *Ben.* 6.18-24), os referidos filósofos também podem ajudar *reges* e *principes* a tomarem melhores decisões (*Ben.* 5.4.2-3).

Veleio Patérculo (n. 25-20 a. C.) celebra a ação de Tibério na reorganização do estado durante os primeiros anos do seu principado, e Valério Máximo escreve nove *Factorum ac dictorum memorabilium libri*, que, dedicados ao seu mecenas, Tibério, dele faziam um deus e um depositário dos valores veiculados por mais de mil histórias verídicas e destinadas à formação dos estratos ligados à administração imperial. Séneca estabelece uma ligação entre o fim do reinado de Augusto e o início do de Tibério (*Cl.* 1.1.6; *Tac. Ann.* 1.11-12), parece apreciar o humor do *princeps* (*Ep.* 122.10), considera-o exemplo de amor pelos filhos mortos, pela mãe e pelo irmão morto e, pela voz de Cláudio, elogia-lhe os feitos militares praticados (*Dial.* 6.4.2, 6.15.3 e 11.15.5), mas considera-o rude na concessão de benefícios (*Ben.* 2.7.2), acusa-o de ingratidão para com quem o ajudara antes de se tornar imperador (*Ben.* 5.25.2), não esquece que deixara o vegetarianismo pela perseguição do *princeps* aos adeptos dos cultos exóticos (*Ep.* 108.22) e não deixa de notar que, na época do referido imperador, as palavras eram *periculosa* (*Ben.* 3.27.1), e tal era a sanha delatora, que, qual praga, não poupava o discurso dos ébrios, nem piadas inocentes (*Ben.* 3.26.1-2)⁵⁵.

Calígula, de acordo com Séneca, caracteriza-se pela loucura⁵⁶, pela irascibilidade⁵⁷, pela inveja e requintada crueldade⁵⁸, por humilhar familiares mais velhos e pessoas ilustres, entre as quais senadores⁵⁹, por ter, algum tempo depois da subida ao trono, coartado a liberdade de expressão⁶⁰, por ter sido um exemplo acabado de tirano⁶¹, por ter esbanjado o património do estado e ter reduzido à servidão o povo romano⁶², e por ser uma figura ridícula⁶³. Embora Suetónio (*Tib.* 59) observe que

⁵⁵ Séneca-o-Velho, *Suas.* 2.12, informa que Átalo, professor do filho, tinha sido exilado por maquinações de Sejano.

⁵⁶ A sua chegada ao trono, como a de Arrideu, meio-irmão de Alexandre Magno com perturbações mentais, suscita em Séneca interrogações sobre os propósitos da Providência, tanto mais que Gaio estava sedento de sangue humano (*Ben.* 4.31.1-2).

⁵⁷ *Dial.* 2.18.4 e 3.1.20.9 (irritação de Calígula com os céus e com Júpiter por este perturbar a atuação de pantomimos e aterrorizar as suas orgias).

⁵⁸ Por inveja do requinte e do cabelo cuidado do filho de Pastor, mandou-o prender e, mal o pai intercedeu por ele, ordenou que fosse sentenciado, convidou o pai para um festim e colocou uma pessoa junto dele para ver se manifestava algum pesar pelo filho ou revolta contra o imperador, coisas que Pastor não fez porque tinha outro filho (*Dial.* 4.2.33; cf. 9.14.5). V. outros exemplos em Séneca, *Dial.* 5.3.19.5, 9.11.12, e Suetónio, *Cal.* 26.1 e 35.1.

⁵⁹ Após conceder a vida a Pompeio Peno (Cartaginês), um velho senador, obrigou-o a beijar o pequeno soco de ouro adornado de pérolas que trazia calçado no pé esquerdo (*Ben.* 2.12.1-2); v. outras humilhações em *Dial.* 2.18.1-3, Suet. *Cal.* 56.2; e os castigos aplicados aos senadores em *Dial.* 5.3.19.1-2; Suet. *Cal.* 30, Dión 59.13.6.

⁶⁰ Ordena que se coloque uma esponja ou os trapos das vestes dos condenados na boca destes para que, nem na hora da morte, possam ter liberdade de expressão (*Dial.* 5.3.19.3-4).

⁶¹ Calígula era comparado a Fálaris de Agrigento em *Dial.* 4.2.5.1 (cf. 9.14.4).

⁶² *Dial.* 5.3.19.2, 10.18.5, 12.10.4, *Ben.* 2.12.1-2, Suet. *Cal.* 30, Dión 59.13.6).

⁶³ Tendia a ser impertinente com toda a gente, e a sua loucura manifestava-se numa palidez desagradável, nos seus olhos turvos e escondidos sob uma testa senil, na deformidade da cabeça

Tibério costumava repetir a famosa frase do *Atreus* de Ácio, “que me odeiem, desde que me temam”, Séneca (*Dial.* 5.3.20.4) só a põe na boca de Gaio (cf. Suet. *Cal.* 30). Em *Cl.* 1.12.4 e 2.2.2, a afirmação é vista como um traço característico de um tirano, e, em conformidade, Calígula acabou assassinado por alguns daqueles a quem ofendera⁶⁴, o que dele fez um exemplo completo daquilo que Cláudio e Nero deviam tentar evitar (*Dial.* 11.13.1).

Nos dois livros da obra que nos deixou (*Historia Romana?*), Veleio Patérculo dá uma imagem positiva e mais realista da figura de Cláudio.

Díon Cássio (61.10.2) conta que, durante o exílio na Córsega (41-49 d.C), Séneca enviou para Roma uma obra onde adulava Messalina e os libertos de Cláudio, e disso se teria arrependido e teria repudiado a obra. Talvez se tratasse da *Consolatio ad Polybium* (41-43 a.C., 42?), onde, sob o pretexto de consolar o secretário *a libellis* de Cláudio pela morte do irmão, o filósofo não só adula o liberto, mas também o imperador. Em *Dial.* 11.12.3, Séneca, com efeito, confia Políbio, com seu sofrimento, à figura de Cláudio, de quem diz que exerce um poder mais baseado na bondade do que nas armas; exorta-o a erguer-se e, cada vez que as lágrimas lhe vierem aos olhos, a dirigi-los a César, pois a contemplação de uma divindade suprema e preclara não só os secará como impedirá que olhem para qualquer outra coisa (cf. *diuinae manus*, 11.13.2; *diuina... auctoritas*, 11.14.2). O Filósofo ainda manifesta, em *Dial.* 11.12.5, o desejo de que Cláudio pratique feitos semelhantes aos de Augusto e o supere em longevidade, de que, enquanto viver, não morra ninguém da sua família, e de que seus netos conheçam o dia, oxalá distante, em que a sua linhagem o reclame para o céu.

Os elogios a Cláudio e os votos pelo imperador continuam, mas, do confronto das ideias expostas com outras presentes na *Diui Claudii Apocolocyntosis*, facilmente se vislumbram as contradições em que Séneca se enredou. Na sátira menipeia, considera o narrador que a morte do imperador marca o início de um século deveras feliz (*initio saeculi felicissimi*, 1.1), e, depois de revestir Augusto de grande autoridade, faz de seu testemunho um momento decisivo na assembleia dos deuses que rejeita a pretensão de Cláudio a se tornar um deus. Cláudio ainda é acusado de ter condenado à morte muitos dos seus familiares sem instruir os respetivos processos (*Apoc.* 10.3-4).

A morte de Cláudio marca o início de um século muito feliz porque abre a porta do poder a Nero, a quem o Apolo da *Diui Claudii Apocolocyntosis* deseja que ultrapasse a duração de uma vida mortal, e de quem diz que se lhe assemelha em aspeto e em beleza, que nada lhe fica a dever no que toca a voz e canto, que trará séculos afortunados aos homens cansados e acabará com o

calva, com cabelos ralos, na cerviz repleta de cerdas, nas pernas delgadas e nos desmesurados pés (*Dial.* 2.18.1).

⁶⁴ *Dial.* 2.18, 3.1.20.9, *Ep.* 4.7. Como era louco, o assassinato foi um bem que lhe fizeram (*Ben.* 7.20.3).

silêncio das leis (4.1). A ideia de que Nero resgatou as leis de que Cláudio fizera letra morta será retomada por Séneca numa obra intitulada *De clementia* (1.1.4 e 1.1.8), que, na esteira da tradição platônica do filósofo-rei, da perspectiva de Posidônio sobre a naturalidade da monarquia (Sén. *Ep.* 90.4-6)⁶⁵ e dos escritos “Sobre a realeza” até então publicados, não só pretende servir de espelho da boa consciência, do tipo de pessoa em que Nero se poderá tornar e, ao cabo, do tipo de felicidade que poderá alcançar (1.1.1), mas também apresentar, ao *princeps* e *rex*, o *sapiens* como modelo a seguir (2)⁶⁶.

No caso de Nero, as expectativas são grandes, pois, com a idade que Augusto tinha quando já havia cometido um conjunto de crimes (*Cl.* 1.9.1-1.11.1), revela grande bondade natural e, como o próprio confessa, não cede à cólera na aplicação de castigos injustos, nem aos impulsos juvenis, nem à rebeldia dos homens, nem ao exibicionismo pela prática do terror, mas mantém a espada na bainha, respeita os homens de mais baixa condição e faz-lhes, bem como aos de condição elevada, concessões, exerce autocontrole como se estivesse sob o domínio das leis, facilmente se comove com a pouca ou muita idade das pessoas, e, quando não tem de que se compadecer, revela respeito por si próprio (*Cl.* 1.1.3-4). Séneca diz que Nero mantém em segurança o Estado que lhe foi confiado, se caracteriza pela *innocentia*, que etimologicamente traduz a atitude de não causar dano (*in + nocere*), é apreciado, como nenhum outro alguma vez foi, pelo povo romano, revela uma bondade inata, é fator de estabilidade, pois não se esquecerá da sua essência, não faz o povo romano desejar mais, mas apenas a manutenção da situação em que se encontra, isto é, da mais próspera forma de governo, manifesta uma clemência que toca os homens da mais baixa à mais alta condição social (*Cl.* 1.1.5-9). Para ilustrar a referida bondade, ainda tratará Séneca de recordar que, para não ter de tomar medidas contra dois malfetores, havia Nero manifestado o desejo de não saber escrever e uma inocência digna da Idade do Ouro (2.1.2). Convém, por isso, que Nero transforme o simples impulso natural, por meio da consciencialização, em critério e em virtude profícua. É que da bondade natural se distingue a clemência por decorrer de uma atitude consciente, do *iudicium* e ter um caráter ativo (*Cl.* 2.2.2). Entre a secção inicial e esta, havia Séneca, em *Cl.* 1.3.3, comparado, ao Sol, Nero que, estando acima das pessoas, as protege e por elas é protegido (cf. 1.8.4). Em contraste com a deformidade física de Cálculo e de Cláudio, que refletia a deformidade

⁶⁵ No passo citado, estabelece Posidônio o paralelo entre o poder do animal dominante em muitas das espécies e a superioridade dos primitivos reis. Sobre este assunto, v. Díon Crisóstomo, *περὶ βασιλείας* 3.41ss., 3.50, Platão, *Plt.* 267d ss., 301b, *Lg.* 3.690a-c, Políbio 6.4.2, Séneca, *Cl.* 1.19.2. Griffin 1976 205 n. 7 observa que passo algum dos referidos sustenta que a monarquia é a melhor forma de governo. Sobre os perigos de a monarquia se transformar em tirania, v. p. ex. Cícero, *Rep.* 1.61, 65.

⁶⁶ Importa, no entanto, ter presente que, para o Estoicismo Médio, a melhor constituição é a mista. Mas, embora admirassem Esparta, Cleantes, Perseu e Esfero escreveram tratados *περὶ βασιλείας* (Griffin 1976 204).

moral de cada um e se prestava ao tratamento caricatural por parte de Sêneca, é Nero, com influência da tradição oriental do culto de Mitra, comparado a Apolo e ao Sol, e a sua beleza física, de acordo com os princípios da fisiognomonía, traduz a sua elevação moral, pelo menos na fase da juventude, embora a sua ação futura contradiga os princípios da referida perspetiva.

Sêneca chega a dizer, em *Cl.* 1.11.2, que a clemência do filho adotivo de Cláudio era a verdadeira, pois nunca tinha derramado o sangue de cidadão algum. Se esta afirmação for verdadeira, a obra será anterior ao assassinio de Britânico entre finais de 55 e inícios de 56 (cf. Tácito, *Ann.* 13.15ss.), mas, no caso de ser falsa, revela um Sêneca capaz de sacrificar a verdade ao seu desejo de influência política, embora diga preferir, a uma atitude adulatória, valorizada pelos poderosos, ofender com verdades (*Cl.* 2.2.2), e atribua ao seu Etéocles, depois de este ter afirmado que o ódio é indissociável da realeza, a seguinte conclusão (*Phoen.* 664): “O poder vale bem qualquer preço.”

Plínio Naturalista (Como, 23 ou 24 – Estábias, 79) disse de Nero que era “inimigo do género humano” (*Nat.* 7.46), e, talvez em consequência desta avaliação ou por uma questão de coerência política, ora terá passado, como oficial, os anos do principado do filho de Agripina nas campanhas na Germânia, sob o comando de Domício Corbulão e, de seguida, de Pompónio Secundo, tragediógrafo, seu amigo e protetor, ora no exercício da atividade de advogado. Foi durante o principado de Vespasiano que, na qualidade de procurador (cargo administrativo da ordem equestre), exerceu funções na Hispânia, em África e provavelmente na Gália Narbonense e na Bélgica. Do seu intenso estudo, em grande parte realizado à noite e nos intervalos dos seus afazeres e das reuniões com Vespasiano, e da consciência aguda dos seus deveres para com a sociedade, resultou uma extensa obra enciclopédica, a *Naturalis historia*, em 37 livros.

Quanto à personalidade de Sílio Itálico (n. 25-29, m. 101-104), não gera consenso entre os investigadores: provavelmente baseados em Plínio-o-Moço (*Ep.* 3.7.3), Citroni et al. sustentam que “foi delator (...) ao serviço de Nero, que, por sua vez, o designou cônsul para o ano 68”⁶⁷; fundados em Tácito (*Hist.* 3.65), observam que geriu bem a amizade com Vitélio na crise de 69 e participou nas negociações secretas entre este e o irmão de Vespasiano; viu o seu prestígio e riquezas acrescentados com proconsulado da Ásia (c. 77), com a nomeação do seu filho para *consul suffectus* no tempo de Domiciano (93 d.C.); e, ao cabo, se revelou “um hábil oportunista”⁶⁸. Depois de afirmar que Sílio Itálico tinha sido centúviro, um reputado advogado e um notável orador; tinha seguido na época dos Flávios (Vespasiano, Tito e Domiciano, 69-96) um brilhante *cursus honorum*; tinha, nos seus *Punica* (mais 12 000 versos em 17 livros), sobre a II Guerra Púnica (218-201 a.C.), repetidamente distorcido a

⁶⁷ Citroni et al. 2006 857.

⁶⁸ Citroni et al. 2006 857.

verdade e prestado “alguma vénia a Domiciano (*Pun.* 3.607ss.)”⁶⁹; e, em corajosa e serena morte estoica, se deixara morrer de fome (com 76 anos, talvez em 103) – justificou Pimentel, à luz da fidelidade do épico à memória do falecido Domiciano e da recusa a adular Trajano (imp. 98-117), traduzida desde logo na de se deslocar a Roma em 99 para receber o novo *princeps*, a crítica que Plínio lhe dirigiu e os louvores que teceu a quem, como ele, apoiava Trajano, ou, como Régulo e Veientão, passara a apoiar o novo *princeps*⁷⁰.

Na época de Vespasiano, procurou o senado punir os delatores do tempo de Nero, mas M. Aquílio Régulo, defendido por Vípstano Messala, seu irmão, e acusado por Cúrcio Montano, acabou, com a sua retórica asianista, por continuar em funções dentro do referido órgão de estado (70)⁷¹. Suetónio (*Ves.* 18) informa que Vespasiano tornou regularmente remunerado o ensino da retórica por professores gregos e latinos, e, segundo Pimentel, teria distinguido Quintiliano por esse processo⁷². Da admiração que o *princeps* seguramente nutria por alguns oradores asianistas que da retórica se serviam para a atividade delatória dá seguramente conta a articulação do testemunho de Quintiliano, que (em *Inst.* 5.13.48, 10.1.119 e 12.10.11) recorda Quinto Víbio Crispo como um magnífico orador, com os Tácito, em *Hist.* 2.10 e 4.41-3, onde Víbio mais se distingue pela riqueza, pelo poder e pelo engenho entre os notáveis do que entre as pessoas de bem; e em *Dial.* 8, onde a personagem e Éprio Marcelo se contam entre as personalidades que fizeram fortuna à custa dos imperadores e, em particular no caso da primeira, de Vespasiano. No fundo, Víbio Crispo foi um delator que, com a referida atividade, enriqueceu e progrediu politicamente.

Foi já postumamente que Marcial, que teria vindo de BÍlbilis para Roma por volta de 64 e teria tido por patronos Séneca Filósofo e Sílio Itálico, entre outros, adulou Vespasiano (imp. 69-79), para realçar as semelhanças com Domiciano. Quando notou o contraste entre o primeiro e o terceiro dos Flávios, foi sempre em benefício deste⁷³.

Augusto projetou, Vespasiano iniciou a construção do Anfiteatro dos Flávios, e Tito (imp. 79-81) concluiu, em 80, o edifício que posteriormente se haveria de chamar Coliseu. À referida data remonta o início oficial da carreira literária de Marcial, pois, no rescaldo dos jogos oferecidos pelo imperador quando da inauguração do Anfiteatro, escreveu um *Epigrammaton liber*, que, numa edição de 1602, haveria de aparecer com o título de *Liber de spectaculis* e onde louvou o caráter divino, a benevolência e a *clementia* do

⁶⁹ Vale, no entanto, a pena notar que, em *Pun.* 3.593-629 o louvor abarca toda a dinastia flávia.

⁷⁰ Pimentel 1993 13-14.

⁷¹ Pimentel 1993 31. A investigadora ainda informa que foi um dos principais delatores no tempo de Domiciano e se manteve no senado sob Nerva e sob Trajano.

⁷² Pimentel 1993 27.

⁷³ Pimentel 1993 9 e 12.

princeps (v., p. ex. *Spect.* 12.6, 20 e 23). Em *Spect.* 4, elogia Marcial o facto de Tito ter exibido os delatores na arena e os ter condenado ao exílio em terras africanas, mas, a julgar por Suetónio e Díon, talvez fossem de baixa condição como os que foram vendidos como escravos e exilados para inóspitas ilhas⁷⁴. Vespasiano e Tito contavam, entre os seus amigos, alguns delatores do tempo de Nero (p. ex. Éprio Marcelo e Víbio Crispo). Tito (imp. 79-81) concedeu a Marcial o “direito dos três filhos” (*ius trium liberorum*), embora o poeta nunca tenha casado. Apesar de ter havido um grande incêndio na época de Nero (64) e outro na de Tito, não referiu Marcial, em contraste com Suetónio (*Tit.* 8.10), os esforços do último *princeps* para aliviar o sofrimento da população, antes tratou de louvar a ação de Domiciano na reconstrução das partes destruídas (Marcial 5.7). Ao referir o triunfo de Vespasiano e Tito sobre os Judeus em 71, o que Marcial pretende, em 2.2, é dizer que fica muito aquém dos feitos de Domiciano, que, com 18 anos, no ano 70, participou numa campanha vitoriosa contra os Germânicos e, em 82/83, triunfou dos Catos, o que lhe valeu o *cognomen* de *Germanicus*⁷⁵. Talvez por Domiciano ter acompanhado, a cavalo, os carros em que, no triunfo de 71, se deslocaram Vespasiano e Tito, e por Vespasiano não ter consentido em que Domiciano fosse apoiar os Partos nas lutas contra os Alanos, a verdade é que a memória do pai e a do irmão não eram caras a Domiciano, o que talvez justifique as poucas referências aos dois na obra de Marcial. Apesar disso, não deixará Domiciano de criar o colégio dos *Flaviales Titiales*, que tinha por missão zelar pelo culto da dinastia flávia. Tito, “a partir de 81 e do Livro I dos *Epigramas*, servirá de termo de comparação para a grandeza do irmão (ou para a sua desgraça, após 96, cf. *Spect.* 33) ou assumirá apenas, juntamente com Vespasiano e com ele eternamente agradecido pela *pietas* de Domiciano, o honorífico mas apagado papel de divindade tutelar do chefe de Roma e do mundo (VIII 53(55))”. Pimentel ainda recorda que Quintiliano, em contraste com a opinião pública romana, defendeu Berenice, a irmã de M. Júlio Agripa por quem Tito se havia apaixonado enquanto estivera na Judeia, em 67-70, e com quem viveu em Roma (75-)⁷⁶.

Suetónio (*Dom.* 2.4) e Tácito (*Hist.* 4.86) informam que, para compensar a frustração resultante da atenção dada pelo pai ao irmão e dos feitos cometidos por ambos, se dedicou Domiciano à poesia; o primeiro biógrafo, no referido passo, sustenta que o *princeps* simulou modéstia e interesse pela poesia, arte que lhe era algo alheia e que viria a abandonar –, e observa que o imperador chegou a dar leituras públicas; em *Dom.* 20.1-3, que Domiciano, no início do seu principado, descurou as artes liberais, e, embora se tenha

⁷⁴ Ver, respetivamente, Suetónio, *Tit.* 8.14 e Díon, 66.19.3.

⁷⁵ As qualidades militares de Domiciano revelaram-se em numerosas campanhas e valeram-lhe um segundo triunfo, em 89, agora sobre Marcomanos e Quados, na Panónia, (cf. OCD s.v. Domitian).

⁷⁶ Pimentel 1993 27 (cf. *Inst.* 4.1.19). Vide capítulo anterior, Rodrigues, §2.1.

esforçado por repor os volumes destruídos pelo incêndio da biblioteca e tenha inclusivamente enviado a Alexandria copistas para reproduzir e corrigir obras, a verdade é que nunca mostrou grande interesse em saber história, conhecer poesia ou adquirir um bom estilo, mas os *commentarii et acta*, “as memórias e as atas” de Tibério eram a sua leitura de eleição, e o *princeps* confiava a outros a escrita das suas cartas, discursos e éditos. Em contraste com estas informações, sugere Marcial (p. ex. em 4.27, 5.6, 6.64, 7.99, 8.82) que Domiciano teria um genuíno interesse por poesia e os poetas em grande consideração; recorda Suetónio (*Dom.* 9.1, 12.7 e 18.3) momentos onde o imperador respetivamente cita de cor e a propósito Virgílio (*G.* 2.537) e Homero (*Il.* 2.204 e 21.108) e reconhece ao *princeps*, em *Dom.* 20.4, um discurso elegante e ditos notáveis, dos quais regista alguns. Plínio (*Nat. praef.* 5), Estácio (*Ach.* 1.15), Sílio Itálico (3.621), Quintiliano (*Inst.* 10.1.91-2) realçam as qualidades poéticas e a eloquência de Domiciano; e, conforme se depreende de Marcial (5.5.7), de Valério Flaco (*Argon.* 1.10.12) e de Suetónio (*Dom.* 18.3) teria respetivamente o *princeps* escrito um poema sobre o cerco do Capitólio pelos apoiantes de Vitélio em dezembro de 69, “um poema sobre a tomada de Jerusalém, em que decerto não escamoteava o valor bélico do irmão e do pai”⁷⁷, e, dada a sua própria calvície, um *libellus de cura capillorum*. Quanto à contradição entre a simulação de interesse pela poesia e a citação de Virgílio e Homero de cor, talvez se possa admitir a possibilidade de Domiciano os ter estudado por uma coletânea de sentenças. Além disso, se se tomar em consideração que Domiciano teria encomendado a Marcial e a Estácio poemas sobre o jovem Eáirino, e teria confirmado o *ius trium liberorum* concedido por Tito a Marcial, facilmente se conclui que apreciaria a poesia e os poetas que o adulavam. Daqui se pode concluir que devemos adotar uma atitude muito crítica relativamente à informação veiculada pelos apoiantes e à transmitida pelos detratores de Domiciano, uma vez que nenhuma coincide em absoluto com a verdade.

Na *adulatio* a Domiciano, que Pimentel considera sincera e outros têm por irónica⁷⁸, Marcial não só contribui para a *damnatio memoriae* de quantos não agradavam ao imperador (p. ex. Nero)⁷⁹, como o elogia e às pessoas que faziam parte das suas relações: familiares, colaboradores, políticos influentes, executores das deliberações políticas do *princeps*, *ministri*, *pueri*, *delatores*, artistas, os vencedores dos jogos circenses, amigos pessoais e patronos⁸⁰.

Além de Sílio Itálico e Marcial, já referidos, também Estácio (c. 45-96) e Quintiliano (n. 35-40) elogiaram o *princeps*. A *Thebais*, de acordo com Juvenal

⁷⁷ Pimentel 1993 83.

⁷⁸ Pimentel 1993 4.

⁷⁹ Veja-se ainda a condenação por parte de Marcial, em 7.21.3, de Nero, por este ter cometido o mais atroz de todos os crimes, que é ter obrigado Lucano a suicidar-se.

⁸⁰ Pimentel 1993 4-5.

(7.82-87), teria alcançado grande sucesso em leituras públicas, mas não dispunha Estácio de escrever libretos para pantomimos, em particular uma *Agave* para Páris, poesia para pessoas abastadas e poesia celebrativa (90 d.C.) dos feitos de Domiciano na Germânia e na Dácia, para melhorar o seu modesto pecúlio. Estácio teceu grandes elogios a Víbio Máximo, de quem Pimentel diz que teria ligações familiares a Domiciano; e, em *Silu.* 4.7.54, se diz ter-se dedicado à historiografia. Se se tomar em consideração que Estácio faleceu antes do assassinato de Domiciano (96 d.C.) e que o poeta adulou o *princeps*, facilmente se admite a possibilidade de, nesta altura, o elogio ao familiar do imperador não ser tido como uma ofensa, mas como algo que se inscrevia num contexto mais amplo de *adulatio* ao *princeps*⁸¹.

Quanto a Quintiliano, foi nomeado por Domiciano preceptor de Flávia Domitila e de Fábio Clemente, filhos da sobrinha e herdeiros do *princeps* (*Inst.* 4 *praef.* 2). Numa belíssima síntese da relação do retórico com o *princeps*, escreve Pimentel: “Embora já se tenham querido ver na *Institutio Oratoria* traços vários de censura ao clima de terror e repressão vigente em Roma, bem como sugestões de como se poderia condenar essa tirania sem incorrer em perigosos riscos, parece-nos impossível negar a efetividade dos serviços prestados por Quintiliano ao *princeps* ou diminuir a sinceridade da admiração que por ele transparece em alguns passos da obra (e.g. IV *praef.*; X 1, 91-2).”⁸².

Há ainda escritores menos conhecidos que sobressaem em concursos instituídos por Domiciano: é o caso de Cevo Mémor, que venceu o *agon Capitolinus*, e cujas tragédias, de que restam uma intervenção de um Coro de cativas troianas e talvez um passo sobre Hércules (Fulgêncio, *Serm. ant.* 25), parecem, formal e tematicamente e ao nível das personagens, seguir Séneca, em detrimento da tragédia politicamente mais interventiva de Materno⁸³. O irmão de Mémor, Turno, era um poeta satírico que, segundo Tandoi citado por Pimentel, satirizaria a tirania de Nero, de modo a engrandecer a atuação dos Flávios. Teria atingido o auge da sua carreira entre 92 e 96 e sido um precursor de Juvenal na crítica aos *vitia* humanos e à dinastia júlio-cláudia⁸⁴. Ao pedir à Musa, em 3.20.1ss., que lhe diga se Cânio Rufo escreve sobre o principado de Cláudio, ou se desdiz, em poesia, o que outros disseram de Nero, ou se cultiva outros géneros literários, sugere Marcial que a personagem

⁸¹ Mais tarde, elogiou-lhe Plínio as qualidades literárias e também as posições políticas (Plin. *Ep.* 9.1).

⁸² Pimentel 1993 37. A adaptação ao AO 1990 é minha.

⁸³ Pimentel 1993 43. A investigadora ainda observa: “Brugnoli[...] vê na tragédia *Hercules* a hipótese de que *Memor* tivesse escolhido esse tema por ser um dos favoritos da política belicista de Domiciano; à escolha das *Troianas*, episódio patético, presidira o desejo de agradar aos gostos do público romano.”.

⁸⁴ Pimentel 1993 44-45.

seria um polígrafo com pretensões a historiador e poeta, mas, ao que tudo indica, para agradar a Domiciano, numa perspectiva tendenciosamente depreciativa que ora realçava tudo quanto de mau fizeram Cláudio e Nero, ora desmentia todo o bem que deles se dizia⁸⁵. É provável que Colino tenha, no domínio da poesia, alcançado a vitória nos primeiros Jogos em honra de Júpiter Capitolino (86 d.C.; cf. Marcial 4.54.2), que também incluíam outras artes, como a música, e modalidades, como o atletismo, e eram uma ocasião privilegiada para Domiciano se exibir em toda a sua magnificência e fomentar o culto da sua personalidade⁸⁶. Enquanto alguém que se esforçou por patrocinar e fomentar as artes e as letras, Domiciano não só criou os Jogos Capitolinos, mas também os Albanos (*uilla* de Alba do *princeps*, 19 e 23 de março), que consistiam sobretudo em concursos de poesia e contaram, entre os seus vencedores, Caro, que ainda conquistou a coroa de oliveira nos Capitolinos seguintes e, com ela, coroou o busto do imperador⁸⁷. Outros mereceram a confiança política de Domiciano, numa altura em que já desconfiava de toda a gente: o poeta Lúcio Estertínio Avito, p. ex., que o *princeps* nomeou para o cargo de *consul suffectus* em 92. Arrúncio Estela, poeta abastado e patrono de Marcial e Estácio, celebrou, com uns jogos dados em 93, a vitória de Domiciano sobre os Sármatas (Marcial 8.78). Embora Domiciano e Marcial não tivessem grande apreço por filósofos estoicos, a verdade é que Deciano, um filósofo estoico, admirador confesso do cristalizado e inofensivo Catão e ou de Trásea, que se opusera a Nero, não acabou, como Musónio Rufo na época de Nero, ou Artemidoro, Díon Crisóstomo e Epicteto na de Domiciano, expulso de Roma, “simplesmente porque não merecia o nome de filósofo ou porque se incluía entre a facção dos que trabalhavam *ad maiorem gloriam Domitiani*.”⁸⁸.

Pretor em 70, Sexto Júlio Frontino cedeu o lugar na magistratura a Domiciano; foi cônsul em 72 ou 73; enquanto legado na *Britannia* (entre 73/4-77, segundo o *OCD*, ou 76 e 78, de acordo com Pimentel⁸⁹), subjugou os Sílures; talvez tenha acompanhado Domiciano em 82/83 na expedição contra os Catos; descreveu, em *Stratagemata*, a batalha e celebrou a atuação do *princeps*; foi procônsul da Ásia em 86; provavelmente devido à inveja de Domiciano, deixou, nos últimos anos do principado deste, de progredir no *cursus honorum*; foi nomeado por Nerva (imp. 96-98) *curator aquarum*; acusou o falecido Domiciano (em *Aq.* 2.118) de ter defraudado o *aerarium* dos proventos proporcionados pelos aquedutos públicos; foi nomeado cônsul pela

⁸⁵ Fábio Rústico teria seguido a mesma orientação.

⁸⁶ Suet. *Dom.* 4.10.

⁸⁷ Ver, respetivamente, Marcial 9.23. 5-6 e 9.23, 24..

⁸⁸ Pimentel 1993 47.

⁸⁹ Pimentel 1993 22.

segunda vez em 98 (Marcial 10.48), pela terceira em 100 e foi quem, à frente de uma embaixada, anunciou a Trajano, na Germânia Superior, que Nerva o escolhera para seu sucessor⁹⁰.

Terminado o período de terror de Domiciano, foram certos poemas de Marcial (p. ex. alguns do livro 10) censurados e substituídos por outros que celebravam a nova liberdade, e a opinião de Marcial, p. ex. nos livros 11 e 12, acerca do *princeps* tornou-se cada vez mais alinhada com a dos seus detratores e favorável a Nerva e a Trajano: em 11.33, há quem admita a possibilidade de Marcial identificar Domiciano com Nero e considere que, após a morte do primeiro, os verdes teriam passado a ganhar por mérito, e não por viciação de resultados decorrente de Domiciano ser seu adepto; outros cuidam que Marcial está a falar apenas de Nero e a zombar dos azuis, pois, ao que parece, o poeta seria adepto dos verdes. Em 12.3(4), Marcial critica o cruel Domiciano (*sub principe duro*) por não ter admitido qualquer tipo de generosidade que excluísse o imperador como beneficiário. Em 12.15, regozija-se Marcial com a possibilidade, devolvida às pessoas após a morte de Domiciano, de contemplarem nos templos as riquezas que *princeps* acumulara no palácio do Palatino. O poeta de BÍlbilis ainda tratou de condenar temíveis delatores do tempo de Domiciano, como Métio Caro, que, com Bébio Massa, acabou acusado por Heliodoro, um delator do tempo de Nerva, e morto.

Apesar da bonomia de Nerva, a verdade é que os pretorianos exigiram uma vingança pela morte de Domiciano e o novo *princeps* acabou por ter de manifestar público reconhecimento por quem o tinha livrado de funestas personagens, como o liberto Parténio. Em 11.7, critica Marcial o hábito de Domiciano de convocar as mulheres com quem desejava ter relações sexuais para a sua *uilla* de Circeios, a impotência dos maridos perante a situação e o recurso por parte das mulheres a uma justificação desse tipo para se encontrarem com algum amante mais distante; e louva o facto de, na época de Nerva, a destinatária do poema só poder ser uma Penélope. Provavelmente por causa de Domícia Longina se ter apaixonado pelo pantomimo Páris, que acabou assassinado em 83; talvez devido ao facto de a farsa *Paris et Oenone* ter valido ao seu autor, o filho de Helvídio Prisco, a morte (*Dom.* 10.2); e dada a possibilidade, que os escoliastas consideram um facto, de Juvenal ter criticado Domiciano pelo ascendente de Páris junto da corte imperial, ter sido obrigado pelo *princeps* a exilar-se no Egito e só ter começado a publicar as suas *Saturae* após a morte do imperador – Marcial só se referiu ao pantomimo em 97, portanto após a morte deste e de Domiciano⁹¹.

⁹⁰ Dión 68.3.4 e Plínio, *Pan.* 9.1.

⁹¹ Sobre a matéria exposta ao longo deste parágrafo, veja-se Pimentel 1993 22, 25, 37, 55, 42.

Plínio-o-Moço, famoso advogado, escritor, rico patrono de Marcial e com tendências estoicas, soube, sem extremar posições e sem se retirar, ser oposição a Domiciano. Acusou um delator, Méteo Caro, de ter entregado ao imperador uma lista de personalidades a abater, da qual constava o seu nome, e observa que apenas se conseguiu salvar porque, entretanto, o *princeps* foi assassinado⁹². As suas *Epistulae* ora refletem o orgulho e a vaidade com que, nos seus discursos (que à exceção de um não chegaram até nós), se bateu com adversários políticos e delatores (e.g. Régulo), ora o regozijo por a leitura no senado de um gênero de texto geralmente acolhido com enfado e indiferença, ter, no caso do *Panegyricus* de Trajano, alcançado tão grande sucesso que levou Plínio a publicar o texto e a justificar o referido êxito com a liberdade proporcionada pelo novo *princeps* e com a verdade subjacente ao elogio a este dirigido (*Ep.* 3.18.2). Sherwin-White, contudo, fala em “restored but limited freedom of the Trajanic age”⁹³.

Em jeito de conclusão, vale, seguramente, a pena notar que, se alguns escritores estoicos têm coragem de divergir e assumir claramente as suas diferenças relativamente aos *principes* em exercício, outros há que adulam os imperadores no poder, para, após a morte destes, os criticarem e passarem a adular outros imperadores (Sêneca e Marcial). A crítica ao *princeps* falecido podia servir de advertência dirigida ao novo senhor de Roma, mas, embora alguns começos de governo se revelassem auspiciosos, nomeadamente com uma boa governação (Nero) ou com a perseguição movida aos delatores que tinham estado ligados ao imperador falecido (Vespasiano), a verdade é que os novos *principes*, quer por opções próprias quer por se verem ultrapassados pela conjuntura e circunstâncias em que se encontravam (e.g. Nerva) acabaram por se ver rodeados por hábitos e comportamentos criminosos que tinham condenado (p. ex. a delação). Importa finalmente observar que, sem grandes causas para defender, sem grande originalidade de temas e com a progressiva perda de poder, num ou em outro momento muito esporadicamente invertida, do senado, a retórica prosseguiu, excetuando raras exceções (p. ex., Sílio Itálico, Plínio, Lúcio Licínio Sura, provável autor dos discursos de Trajano) o seu curso de empolamento, vacuidade e decadência (asianismo). Quanto aos autores que louvaram os Flávios e, em particular, Domiciano, importa realçar Estácio, Sílio Itálico, Marcial e Quintiliano, entre os que deles traçaram retratos menos favoráveis, contam-se Tácito, Juvenal, Plínio, Suetónio, Dión e, após a morte de Domiciano, o próprio Marcial. Importa, por isso, adotar uma perspectiva crítica perante os testemunhos destes autores, uma vez que, condicionados por uma ou outra das orientações políticas referidas, veicularam perspectivas deturpadas da realidade.

⁹² *Ep.* 7.27.14.

⁹³ Sherwin-White 1966 252 n. 6.

Tábua cronológica

- 14 – Morte de Augusto
- 14-37 – Principado de Tibério
- 25 – Morte de Cremúcio Cordo
- 35 – Morte de Mamerco Emílio Escauro
- 37-41 – Principado de Calígula
- 41-54 – Principado de Cláudio
- 41-49 – Exílio de Séneca na Córsega
- 54-68 – Principado de Nero
- 54-59 – *Quinquennium Neronis*
- 65 – Morte de Séneca e de Lucano
- 66 – Morte de Petrónio e de Trásea Peto
- 69-79 – Principado de Vespasiano
- 75 – Exílio de Helvídio Prisco
- 79-81 – Principado de Tito
- 80 – Inauguração do Coliseu e data *Liber de spectaculis* de Marcial
- 81-96 – Principado de Domiciano
- 96-98 – Principado de Nerva
- 98-117 – Principado de Trajano

Bibliografia

Abreviaturas

- HRR Peter, H., *Historicorum Romanorum reliquiae*, vol I, Lipsiae, ¹1870, ²1914; Stutgardiae, 1967 ed. stereotypa; vol II, Lipsiae 1906; repr. 1993, in Aedibus B. G. Teubneri.
- OCD Hornblower, S. – Spawforth, A. (2012). *The Oxford Classical Dictionary*. Oxford, University Press.

Estudos e edições

- André, C. A. (2006), *Ovídio. Amores*. Lisboa, Cotovia.
- André, J. (1949), *La vie et l'oeuvre d'Asinius Pollion*. Paris, Klincksieck.
- Archambault, P. (1966), “The Ages of Man and the Ages of the World: A Study of two Traditions”, *Revue des études augustiniennes* 12 193-228.
- Bartsch, Sh. (1994), *Actors in the audience: theatricality and doublespeak from Nero to Hadrian*. Cambridge (Mass.) – London (Engl.), Harvard University Press.
- Brandão, J. L. L. (2005), “Os políticos e as humanidades (a cultura nas Vidas dos Césares de Suetónio)”, *Biblos* n. s. 3 55-67
- Campos, J. A Segurado e (1991), *Lúcio Aneu Séneca. Cartas a Lucílio*. Lisboa, Gulbenkian.
- Canfora, L. (2000), “Seneca e le guerre civili” in P. Parroni (a cura di), *Seneca e il suo tempo. Atti del Convegno internazionale di Roma-Cassino, 11-14 novembre 1998*. Roma, Salerno Editrice 161-177.
- Citroni, M. et al. (2006), *Literatura de Roma antiga* (trad. de M. Miranda e I. Hipólito a partir de original italiano de 1997). Lisboa, Gulbenkian.
- Codoñer, C. (1999), *Lucio Anneo Séneca. Díálogos*, presentación, trad. y notas. Madrid, Tecnos. Connors, C. (1994), “Famous last words: authorship and death in the Satyricon and Neronian Rome”, in J. Elsner – J. Masters, eds, *Reflections of Nero. Culture, history & representation*. London, Duckworth 225-235.

- (1998), *Petronius the poet. Verse and literary tradition in the Satyricon*. Cambridge, University Press.
- Dalzell, A. (1955), “C. Asinius Pollio and the Early History of Public Recitation at Rome”, *Hermathena* 86 20-28.
- Eden, P. T. (1984), *Seneca. Apocolocyntosis*. Repr. 1990. Cambridge – New York – Port Chester – Melbourne – Sydney, Cambridge University Press.
- Fabre-Serris, J. (2003), “Les réflexions ovidiennes sur le débat *ars/natura*: un antécédent augustéen au recours à l’ars dans la *Domus Aurea*”, C. Lévy – B. Besnier – A. Gigandet eds, *Ars et ratio: sciences, arts et métiers dans la philosophie hellénistique et romaine: actes du colloque international organisé à Créteil, Fontenay et Paris du 16 au 18 octobre 1997*. Bruxelles, Latomus 176-183.
- Ferreira, P. S. M. (2011), *Sêneca em cena. Enquadramento na tradição dramática greco-latina*. Lisboa, Gulbenkian.
- Fitch, John G. (1981), “Sense-pauses and relative dating in Seneca, Sophocles and Shakespeare”, *AJP* 102 289-307.
- Griffin, M. T. (1976), *Seneca: A Philosopher in Politics*. Oxford, Clarendon Press.
- Habinek, Th. N. (1998), *The politics of Latin literature: writing, identity, and empire in ancient Rome*. Princeton and Oxford, Princeton University Press.
- Kelly, H. A. (1979), “Tragedy and the performance of tragedy in late Roman antiquity”, *Traditio* 35 21-44.
- McDonald, A. H. and Spawforth, A. J. S. (2012), “Asinius Pollio, Gaius”, *OCD* 184.
- Narducci, E. (1989), “Le risonanze del potere” in G. Cavallo, P. Fedeli, A. Giardina, dirett. *Lo spazio letterario di Roma Antica*, vol II. *La circolazione del testo*. Roma, Salerno Editrice 533-77.
- Oliveira, F. de (2010), “Sociedade e cultura na época augustana”, in M. C. de S. Pimentel e N. S. Rodrigues, coords. *Sociedade, poder e cultura no tempo de Ovídio*. Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos – Imprensa da Universidade de Coimbra, 11-36.
- Pimentel, M. C. de C.-M. de Sousa (1993), *A adulatio em Marcial*. Diss. FLUL. Lisboa.
- (2000), *Sêneca*. Lisboa, Inquérito.
- Reynolds, L. D. (1965), *L. Annaei Senecae ad Lucilium Epistulae Morales*. Oxonii, e Typographeo Clarendoniano.
- Rocha Pereira, M. H. da (2009), *Estudos de história da cultura clássica*. II Volume – *Cultura romana*. Lisboa, Gulbenkian.
- Schmeling, G. (1996), “*The Satyricon of Petronius*”, G. Schmeling ed., *The novel in the ancient world*. Leiden - New York – Köln, Brill 457 -90.
- Sherwin-White, A. N. (1966), *The Letters of Pliny. A historical and social commentary*. Oxford, Clarendon Press.
- Sørensen, V. (1988), *Seneca* (trad. italiana de B. Berni a partir de *Seneca, humanisten ved Neros hof*, Copenhagen 1976). Roma, Salerno Editrice.
- Sussman, L. A. (1978), *The Elder Seneca*. Lugduni Bataurorum, Brill.
- Winterbottom, M. (2012), “*Curatius Maternus*”, *OCD* 399.
- Wallace-Hadrill, A. (1983), *Suetonius*. London, Duckworth.